



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Kimberly Araujo Gomes Pereira

**Tecendo letras e mulheres prendadas: a urdidura da escola primária e do
magistério feminino em Magé no período do Império (1839-1889)**

Duque de Caxias

2020

Kimberly Araujo Gomes Pereira

**Tecendo letras e mulheres prendadas: a urdidura da escola primária e do magistério
feminino em Magé no período do Império (1839-1889)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado,
como requisito parcial para a obtenção do
título de Licenciatura em Pedagogia, a
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^a Dra Angélica Borges

Duque de Caxias

2020

Kimberly Araujo Gomes Pereira

**Tecendo letras e mulheres prendadas: a urdidura da escola primária e do magistério
feminino em Magé no período do Império (1839-1889)**

Trabalho de conclusão do curso apresentado,
como requisito parcial para obtenção do título
de Licenciatura em Pedagogia à banca
examinadora da Universidade do Estado do
Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^ª Dra Angélica Borges

Duque de Caxias

2020

Ficha elaborada pelo autor através do
Sistema para Geração Automática de Ficha Catalográfica da Rede Sirius - UERJ

P436 Pereira, Kimberly Araujo Gomes
 Tecendo letras e mulheres prendadas: a urdidura da
 escola primária e do magistério feminino em Magé no
 período do Império (1839- 1889) / Kimberly Araujo Gomes
 Pereira. - 2020.
 80 f.

 Orientadora: Angélica Borges
 Monografia apresentada à Universidade do Estado do Rio
 de Janeiro, Faculdade de Educação da Baixada Fluminense,
 para obtenção do grau de licenciado em Pedagogia.

 1. História da Educação - Monografias. 2. Magistério
 Feminino - Monografias. 3. Magé -
 Monografias. I. Borges, Angélica. II. Universidade
 do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação da
 Baixada Fluminense. III. Título.

CDU 37

Autorizo, para fins de acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta monografia.

Assinatura

Data

Kimberly Araujo Gomes Pereira

**Tecendo letras e mulheres prendadas: a urdidura da escola primária e do magistério
feminino em Magé no período do Império (1839-1889)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado,
como requisito parcial para a obtenção do
título de Licenciatura em Pedagogia, à banca
examinadora da Universidade do Estado do
Rio de Janeiro.

Data de aprovação: 23 / 10 /2020

Banca Examinadora:

Prof^a Dra Angélica Borges (Orientadora)
UERJ – FEBF

Prof^a Dra Amália Cristina Dias da Rocha Bezerra
UERJ – FEBF

Prof^a Dra Janaína Damaceno Gomes
UERJ – FEBF

Duque de Caxias
2020

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma forma de demonstrar gratidão e de reconhecer como é especial poder contar com pessoas que de diversas formas contribuíram para que esta monografia fosse concluída. Primeiramente agradeço a Deus pelo dom da vida e a Nossa Senhora que me deu força na caminhada.

Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC- UERJ) pela concessão da bolsa de Iniciação Científica.

À professora Angélica Borges pela orientação da pesquisa e desta monografia, pelos conselhos, paciência, sugestões e por acreditar no meu potencial.

À banca por aceitar o convite e pela leitura atenta deste trabalho.

Ao acolhedor, receptivo e agregador grupo de pesquisa Estudos de História da Educação Local (EHELO) pelas discussões e apoio.

Aos funcionários do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Niterói, do Acervo da Cúria Diocesana de Petrópolis, da Biblioteca Central do Gragoatá, Biblioteca Parque de Niterói e da Fundação Educacional e Cultural de Magé pela solicitude e empenho em me ajudar.

À Caroline Vieira pela disponibilidade em me acompanhar à Câmara de Magé e pela gentileza em emprestar seu livro.

Às amigas de graduação, Isabela, Viviane, Helen, Mariana, Rebeca e Emilene pelas trocas, escutas, conversas e experiências compartilhadas ao longo desses quatro anos. E à Beatriz Souza pela companhia na pesquisa, relatórios, bibliografias, congressos, arquivos e pelas longas conversas. À Halison e Ruan pela leitura atenta deste trabalho e pelos conselhos.

Aos meus amigos de longa data, Ana Beatriz e Julio Cesar com quem compartilhei alegrias e angústias nesse processo. E a Laleska, Karoline, Maria Eduarda, Manuela e Paulo Vitor que mesmo distantes fizeram-se presentes nessa caminhada.

À Richardson Vidal por todo o apoio durante a graduação, companheirismo, amizade, paciência, visitas a arquivos, por ser um grande divulgador do meu trabalho e meu mageense favorito que me auxiliou nos gráficos e empréstimo de livros.

À minha família, em especial aos meus tios, Margareth, Francisco, Elizabeth, Marly, Adriana e Alan por todo o incentivo e torcida ao longo desses anos. À minha mãe, Andreia e ao meu pai, Jorge pelo amor, carinho, dedicação, pelo suporte emocional e às minhas decisões em todos esses anos. A vocês eu dedico esta monografia.

[...] E o bom Deus acolheu

Minha humilde petição,

Achou meu voto justo,

Satisfez meu coração!!![...]

Minervina Laura Moreira Guimarães.

RESUMO

PEREIRA, Kimberly Araujo Gomes. **Tecendo letras e mulheres prendadas: a urdidura da escola primária e do magistério feminino em Magé no período do Império (1839-1889)**, 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020.

A possibilidade de criação de escolas de primeiras letras femininas nas vilas e cidades mais populosas pelos conselhos e presidentes provinciais estava firmada em um dos artigos da Lei Geral de Educação de 15 de outubro de 1827. Ao longo do século XIX, a presença de mulheres no magistério cresce gradativamente por toda a província, assim como o número de escolas que poderiam reger. Compreender e refletir sobre o processo de escolarização de meninas e o magistério feminino no município de Magé é o objetivo do presente estudo. Com este fim, utilizamos como fontes o Almanak Laemmert, os relatórios dos presidentes da Província do Rio de Janeiro, a imprensa periódica, as leis, certidões de batismo, casamento e óbito. Valendo-se de aporte teórico metodológico que discute a história local e regional, a história da Baixada Fluminense, a micro história, a docência como experiência coletiva foram construídas as análises. A primeira escola de meninas criada na localidade foi em 1839 e, ao final de 1889, o município contava com dez escolas públicas instituídas. O ofício de instruir meninas no Oitocentos estava diretamente ligado a preparação para a vida doméstica e, por isso, havia diferença nas matérias ensinadas entre meninos e meninas. O acompanhamento da trajetória das docentes, aplicando o conceito do fio do nome, nos permite conhecer como se constituíram professoras, os aspectos de sua formação e ingresso no magistério, as dificuldades em exercer o ofício docente, relações familiares e entre outros professores e como a legislação influenciou em ser professora. Destacamos a trajetória de duas mestras que eram poetisas e atuaram amplamente no ensino da leitura e escrita junto as meninas mageenses e se apresentaram como autoras de textos. As experiências docentes dessas mulheres nos permitem analisar as possibilidades do ser docente e os meandros percorridos para exercer seu ofício e escolarizar as meninas no século XIX.

Palavras – chaves: História da Educação, Magistério Feminino, Magé.

ABSTRACT

PEREIRA, Kimberly Araujo Gomes. **Weaving letters and trapped women: the warpo of primary school and female teaching in Magé during the Empire period (1839 – 1889)**, 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020.

The possibility of creating schools of first female letters in the most populous towns and cities by the provincial councils and presidents was established in one of the articles of the General Education Law of October 15, 1827. Throughout the 19th century, the presence of women in the teaching profession grows gradually throughout the province, as does the number of schools that could be governed. The objective of this study is to understand and reflect on the female schooling and female teaching process in the municipality of Magé. For this purpose, we used Almanak Laemmert, the reports of the presidents of the Province of Rio de Janeiro, the periodical press as sources, laws, baptism, marriage and death certificates. Analyzing theoretical and methodological contributions that discuss local and regional history of the Baixada Fluminense, micro history, teaching as a collective experience. The first girls' school created in the locality was in 1839, and at the end of 1889, the municipality had ten public schools established. The job of instructing girls in the 1800s was directly linked to preparation for domestic life and, therefore, there is a difference in the subjects taught between boys and girls. The monitoring of the teachers' trajectory, applying the concept of the name thread, allows us to know how teachers were constituted, aspects of their training and entry into the teaching profession, the difficulties in exercising the teaching profession, family relationships and among other teachers and how the legislation influenced being a teacher. We highlight the trajectory of two masters who were poets and worked extensively in the teaching of reading and writing together with the girls from Magé and presented as authors of texts. The teaching experiences of these women allow us to analyze the possibilities of a being a teacher and the intricacies traveled to exercise their craft and educate girls in the 19th century.

Keywords: History of education, Female teaching profession, Magé.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: O município de Magé na Província Fluminense.....	17
Figura 2: Vila de Magé (1845 - 1846).....	19
Figura 3: Faluas.....	21
Figura 4: Chamada para meninos trabalharem na fábrica.....	23
Figura 5: Reorganização da Administração Provincial da Instrução pública e particular.....	24
Figura 6: Relato de meninas trabalhando na fábrica.....	25
Figura 7: Estrutura administrativa do Gabinete Mageense de Leitura.....	27
Quadro 1: Dados relativos à instrução da população por freguesia.....	28
Gráfico 1: Escolas públicas femininas na Província do Rio de Janeiro.....	32
Quadro 2: Criação das escolas públicas em Magé.....	35
Quadro 3: Professoras particulares.....	37
Figura 8: Pagamento de aluguel.....	40
Figura 9: Pagamento de vencimentos.....	40
Figura 10: Pedido de não pagamento dos utensílios para trabalho com agulha.....	41
Figura 11: Pagamento retroativo do custeio da escola.....	41
Figura 12: Pedido de pagamento dos custos da escola.....	41
Figura 13: Professores oferecem ajuda financeira.....	43
Figura 14: Remoção a pedido da professora Luiza Azevedo.....	46
Figura 15: Permuta entre as professoras de Santo Aleixo e Jororó.....	46
Quadro 4: Professoras públicas.....	48
Figura 16: Relato da visita do inspetor a escola feminina de Santa Rosa, Niterói.....	52
Figura 17: Pedido de novo exame para a professora.....	53
Figura 18: Presença feminina nos exames para a Escola Normal.....	54
Figura 19: Agradecimento ao professor Felisberto Rodrigues.....	57
Gráfico 2: Comparativo entre o número de matriculadas e aprovadas.....	61
Figura 20 : Nota de Aniversário de Luiza.....	63
Figura 21: Situação da escola feminina de Suruí (1872).....	66
Figura 22 : Poema “Súplica”.....	67
Figura 23 : Publicação do “Sexo Feminino” sobre o jornal “A Luz”.....	68

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 MAGÉ NA PROVÍNCIA FLUMINENSE: ASPECTOS SOCIAIS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	16
1.1 Magé: Um município do Recôncavo da Guanabara	16
1.2 Trabalho, instrução e sociabilidade em Magé	21
1.2.1 Gabinete de Leitura Mageense: “Elemento de civilização”	26
2 “DESENVOLVER A INTELIGENCIA E FORMAR O CORAÇÃO DAS FUTURAS MÃES DE FAMÍLIA”: A ESCOLARIZAÇÃO FEMININA EM MAGÉ ENTRE A LEGISLAÇÃO E A PRÁTICA	30
2.1 As escolas femininas em Magé: criação e distribuição geográfica	34
2.1.1 A situação das escolas particulares	36
2.2 Os desafios de consolidação das escolas femininas: Condições de funcionamento e exercício docente	38
3 AS PROFESSORAS PÚBLICAS PRIMÁRIAS EM MAGÉ: AS EXPERIÊNCIAS EM TORNO DA INSTRUÇÃO DE MENINAS E ESCRITA DE POESIAS	48
3.1 Formação e ingresso no magistério	50
3.2 Trajetórias docentes e relações familiares, sociais e políticas	58
3.2.1 Luiza Augusta de Menezes: “Educadora e poetisa brasileira”	61
3.2.2 Minervina Laura Moreira Guimarães - Entre jornais e escolas	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
FONTES	73
REFERÊNCIAS	76

INTRODUÇÃO

A educação no Império brasileiro desperta o interesse de estudiosos da área da história da educação por todo o país. Compreender a história da educação no Oitocentos na Província do Rio de Janeiro significa entender a urdidura, a teia de relações existentes e que ajudaram a construir a educação fluminense ao longo do tempo.

Ao apreender esta premissa, o presente estudo, desenvolvido a partir do trabalho como bolsista de Iniciação Científica no projeto de pesquisa “Difusão da escolarização na Província do Rio de Janeiro: estudo do processo de instalação e de ampliação da malha escolar primária e secundária no período do Império (1822-1889)”, tem como objetivo compreender e refletir sobre o processo de escolarização feminina em uma localidade fluminense, o município de Magé. A periodização do estudo se situa entre os anos de 1839, ano da criação da primeira cadeira de meninas em Magé, e 1889, último ano do regime monárquico. Esse estudo surgiu de uma inquietude pessoal sobre a história das mulheres. E durante a Iniciação Científica, o achado das professoras atuando por todas as localidades e a percepção de que o número e participação delas aumentaram gradativamente na instrução de meninas, tive a oportunidade de juntar com entusiasmo dois temas que gosto bastante: mulheres e educação.

Para este propósito utilizamos como fontes o Almanak Laemmert, veículo publicitário criado pelos irmãos Eduardo e Henrique Laemmert em 1844 sendo publicado até 1889; os Relatórios dos Presidentes da Província do Rio de Janeiro produzidos entre 1835 e 1889; periódicos da época disponibilizados no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; fontes legislativas; certidões de nascimento, casamento e óbito; e obras de memorialistas. No Almanak e nos Relatórios encontramos dados da escolarização local como os nomes dos inspetores, professores e professoras, públicos e particulares da região. De posse desses nomes, utilizamos o conceito do Fio do Nome de Ginzburg e Poni (1991) para investigar a trajetória no magistério, pertencimentos sociais e familiares dos docentes.

Baseando-se em Thompson, Vidal (2010) entende a docência como uma experiência coletiva. Isto significa entender o magistério como resultado das escolhas que indivíduos realizam no interior da cultura em ações coletivas ou individuais. Ou seja, devemos observar os percursos individuais considerando as condições sociais e históricas.

Localizado numa região conhecida como Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, Magé exerceu funções importantes para o desenvolvimento provincial no século XIX. Para investigarmos a escolarização de meninas por meio deste recorte geográfico, recorreremos

a estudos que discutem a história local e da Baixada Fluminense. O conceito de Jogos de Escalas de Jacques Revel (1998) para entender a articulação entre o local e o global bem como as contribuições de Faria Filho (2009) acerca do uso da região como unidade e posição de análise, nos ajudam a pensar no regional como uma posição pela qual observamos objetos que não seriam praticáveis em outras escalas.

Para a elaboração deste trabalho foi realizado um levantamento bibliográfico, para inteirar-se da produção, sobre o tema no Grupo de Trabalho 2 referente à História da Educação e no Grupo de Trabalho 23 de Gênero, sexualidade e educação dos encontros nacionais da Associação Nacional de Pós - Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), nos anais do Congresso Brasileiro de História da Educação, na Revista Brasileira de História da Educação, Revista Brasileira de Educação, na revista História da Educação, Pilares da História, além de monografias, teses, dissertações e livros. Os recortes comumente encontrados referem-se a Corte Imperial, a Minas Gerais e São Paulo. Dos trabalhos enumerados, destacam-se os que dizem respeito à feminização do magistério, profissionalização docente, formação de professores, trabalho docente e relação de gênero.

Em “Mulheres em sala de aula”: um estudo acerca da feminização do Magistério primário na Corte (1879-1885)”, Marina Uekane (2007) investigou as tensões ligadas a feminização do magistério partindo da análise de como a instrução era realizada na Corte, como as professoras eram formadas e como se inseriram e permaneceram no ofício docente. Ao tratar da província do Paraná, França (2015) se propôs a discutir e investigar a “formação pela prática” para entender como os sujeitos que não frequentaram a Escola Normal constituíram-se docentes.

Gondra e Schueler (2008), no livro “Educação, poder e sociedade no império brasileiro”, realizaram uma síntese da educação brasileira no período do Império. Dado os limites desta obra, os autores fazem algumas problematizações entre as quais a noção de educação e de experiências educativas existente na época e a ideia de Brasil que são aspectos norteadores do estudo. O complexo cenário da sociedade oitocentista foi marcado pela heterogeneidade de iniciativas para unificar o território brasileiro por meio da educação escolar, dos processos e sujeitos envolvidos, da construção de um modelo educacional diferenciado voltado aos objetivos de cada grupo social, da profissão docente e como as mulheres, negros e indígenas participaram desse projeto educacional.

A Lei Geral de Ensino de 1827 mandou criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. A referida lei estabeleceu princípios para

regular o ensino, o provimento dos professores, estabeleceu as disciplinas que meninos deveriam aprender. Meninos e meninas teriam acesso a uma educação diferenciada.

No Ato Adicional de 1834, determinou-se que competia às Assembleias Provinciais legislar sobre a instrução pública e os estabelecimentos próprios para promovê-la. No livro “O Império das Províncias” (2008), Maria de Fátima Gouvêa realizou um estudo político - administrativo da Província do Rio de Janeiro com o objetivo de analisar a dinâmica política da assembleia fluminense relacionando os diferentes grupos que ali existiam. Analisou o modo de organização da administração provincial, câmaras municipais e, além disso, avaliou as discussões desenvolvidas na assembleia. Podemos perceber nesse livro a relação existente entre a política na grande esfera e na esfera regional. Essas ponderações realizadas na assembleia atingiram diretamente a legislação educacional que determinou aspectos relativos à formação de professores, criação de novas cadeiras, criação da Escola Normal, inspeção escolar, entre outros.

Nos relatórios dos presidentes da província foram apresentados relatos sobre a situação da instrução fluminense, criação e fechamento de escolas, inspeção escolar entre outros. Na monografia “A expansão da oferta da instrução primária pública no século XIX na Província do Rio de Janeiro” (2011), Renata Chagas buscou compreender a formação e consolidação do sistema de ensino bem como a ampliação do acesso à educação na Província. Tendo como base do estudo os relatórios, a autora analisou os dados coletados e percebeu que as escolas destinadas ao sexo feminino apresentaram um crescimento significativo ao longo dos anos. Sendo a década de 1870, o período em que houve uma aproximação em relação ao número de escolas masculinas.

O crescimento das escolas femininas foi reflexo das decisões e decretos provinciais para essa camada da população. Isso refletiu diretamente no aumento do número de professoras atuando pessoalmente com essas meninas. Louro (1994) propõe uma leitura da História da Educação pelo viés do gênero. No texto, a autora apresenta duas vias para que isso seja realizado: a primeira delas consiste em privilegiar a pesquisa, estudo e textos sob o recorte de gênero e a segunda seria realizar a leitura “de gênero” em pesquisas que esse fator não foi considerado. Para este trabalho, utilizaremos a primeira via proposta pela autora, com uma leitura ampliada da educação dos sujeitos e dos processos que a atravessam.

O estudo de Jane Almeida (1998) sobre o processo de feminização do magistério em São Paulo e o itinerário profissional feminino no campo da educação tornou-se referência para esta área. Ao longo da análise, aborda que o magistério representou a possibilidade de maior liberdade e autonomia às mulheres. No entanto, a autora frisa que o magistério foi a

única profissão que as mulheres tiveram acesso, desconsiderando as outras ocupações remuneradas que as mulheres exerceram no século XIX. Na tese de Fabiana Munhoz (2018), com o objetivo de compreender a invenção do magistério público paulista como parte da história das mulheres trabalhadoras de São Paulo, desvenda as possibilidades de trabalho femininas e de atuação como mestras, por meio da trajetória da professora Benedita da Trindade do Lado de Cristo. Em Minas Gerais, Cecília Nascimento (2011) buscou explicitar no seu trabalho os diferentes modos pelos quais as mulheres se inseriram na docência. A autora acompanhou como as mulheres vivenciaram momentos e situações distintas no século XIX e produziram condições que lhe propiciaram atuar como docentes.

Com as questões destacadas acima pretendemos analisar e pensar a educação e o magistério feminino em Magé. No primeiro capítulo, levantaremos alguns aspectos históricos, sociais e culturais importantes do município para situar o problema de pesquisa. No segundo, fazemos uma análise do processo de escolarização feminina em Magé em contraste com legislação provincial existente em diferentes períodos. E no último capítulo discutiremos aspectos da formação docente e das experiências das professoras que atuaram em Magé.

1 MAGÉ NA PROVÍNCIA FLUMINENSE: ASPECTOS SOCIAIS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS

1.1 Magé: Um município do Recôncavo da Guanabara

Magé é uma pequena cidade situada a uns 5 quilômetros ao norte da Piedade, o ponto mais septentrional da Bahia do Rio de Janeiro. É banhada pelo rio que tem o seu nome, pequeno e estreito curso d'água, mas perenne, que a inunda, em demanda da Bahia. Como quase todas as cidades centraes, tem a sua topographia irregular, não obedecendo as suas vias publicas a um plano esthetico ou mesmo regular. As suas construcções são do typo rudimentar, não variando de casas terreaes e sobrados. Logo ao transpor a ponte de madeira que rodeia o rio, o viajante penetra na rua da Ponte, estreita e curta, calçada a callãos e que desemboca na praça do dr. Francisco Portella, vulgarmente conhecida pelo nome de largo do Portella. Ahi também termina a rua da Matriz, larga e bem arborizada via, sendo cortada também pela rua Municipal. (OS HORRORES DE MAGÉ, 2002¹)

A descrição acima refere-se às primeiras impressões que um jornalista² do Jornal do Brasil teve ao chegar na cidade de Magé (mais precisamente na freguesia de Nossa Senhora da Piedade) para investigar e noticiar o que aconteceu na localidade com a ocupação das forças legais em Magé, no episódio conhecido como “Horrores de Magé”³, entre 1893 e 1894.

O Município de Magé é integrante de uma região atualmente conhecida como Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro. Abundante em rios, portos, estradas e caminhos, esse território do Recôncavo da Guanabara (BEZERRA, 2012) dispunha de posição expressiva e importante para a logística provincial e a ocupação territorial. Segundo José Inaldo Alonso (2000), Magé ou Magepe significa “o lugar do pajé” (p. 20).

¹ O livro “Horrores de Magé” foi publicado pela Mitra Diocesana de Petrópolis em 2002 com um compilado de reportagens publicadas em jornais de 1894/1895 e revisado pelo Padre José Luiz Montezano.

² O jornal não registra o nome do redator.

³ Os “Horrores de Magé” foram acontecimentos com relação direta a Revolta da Armada (1891-1894) fomentada pela Marinha brasileira. Com o comando dos almirantes Custódio José de Mello e Luiz Felipe Saldanha da Gama, forças da Marinha, levantadas contra o poder republicano, invadiram pelo Recôncavo da Guanabara o território de Magé. As forças da Marinha permaneceram no local até fevereiro de 1894, quando o Marechal Floriano Peixoto ordenou que as Forças legalistas comandadas pelo Coronel Manoel Joaquim Godolphim reestabelecesse a ordem na localidade. Mas o que aconteceu foi o contrário: eles invadiram e destruíram Magé sob o “Saque e Degola”, implantaram o terror, estupraram mulheres, saquearam comércios e residências.

Magé desenvolveu-se lentamente e sua ocupação foi motivada pela plantação de cana-de-açúcar, pela pesca e extração de pau-brasil. A agricultura e a criação de animais eram apenas para a subsistência. Quando o povoamento numa região crescia, era comum a criação de uma igreja para atender as necessidades da população. A presença de igrejas ou capelas numa região determinava a importância perante o rei e o poder eclesiástico. Deve-se ressaltar que as freguesias, no início, eram entendidas como paróquias, filiais de uma igreja matriz. O processo de ocupação dessa região ocorreu da seguinte forma: as capelas eram construídas ao redor dos rios, próximas aos portos. Ali cresceram os arraiais, criando assim as paróquias e depois as freguesias.

O povoado cresceu e em 18 de janeiro de 1696 se tornou a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magepe. A ocupação da área do entorno da Baía de Guanabara se adensou com a chegada de grupos de povoamento e com a abertura de caminhos e estradas para o interior fluminense. Com isso, houve a intensificação da economia e o início da exportação de cana-de-açúcar, pau-brasil e dos pescados.

Em 1789, Magé foi elevada a Vila pelo Vice- Rei Dom Luís de Vasconcelos. Para tornar-se *vila*⁵ deveria contar com um juiz, câmara e pelourinho. A então Vila de Magé compreendia as freguesias de Nossa Senhora da Piedade de Magepe, Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, São Nicolau do Suruí, Nossa Senhora d'Ajuda de Guapimirim e o arraial de Estrela. Em 1846, com a elevação de Estrela a Vila, o território Mageense sofre alterações. Estrela⁶ desmembrou-se de Magé juntamente com as freguesias de Inhomirim e Pacobaíba. Assim, Magé passou a constituir-se pelas freguesias de Piedade, Suruí, Guapimirim e pelas freguesias Nossa Senhora Aparecida e Santo Antônio do Paquequer. Posteriormente a área da freguesia de Santo Antonio de Sapucaia foi adensada em seu território em setembro de 1871 (OTTERO, 2017, p. 20)⁷.

Por conta de seu crescimento econômico, Magé foi elevada à categoria de Cidade em 1857. O que diferencia *vilas* e *cidades* é seu limite territorial urbanizado, não estabelecendo mudanças na administração política que tinha como instituição principal as câmaras. Chaves

⁵Termo administrativo que segundo Moraes Moreira (1789 apud PAULA, ALMEIDA 2016, p. 158), compreende uma povoação em que o número de habitantes é superior ao número de habitantes de uma aldeia (*arraial*) e inferior à povoação encontrada em uma *cidade*.

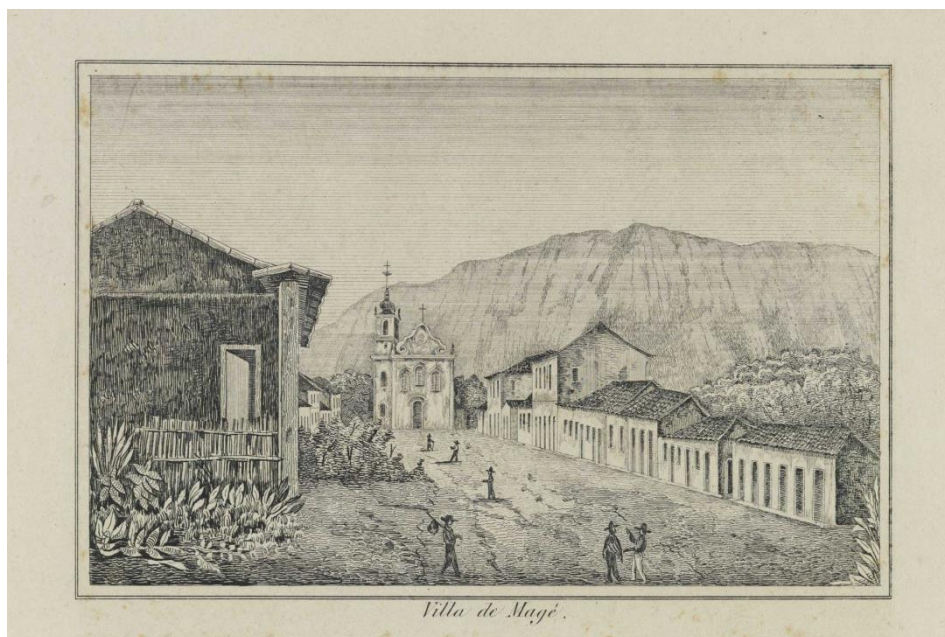
⁶A Vila de Estrela era constituída pelas freguesias de N. S. da Piedade de Inhomirim, N. S. da Guia de Pacobaíba, N. S. do Pilar e o então curato de Petrópolis.

⁷Sapucaia foi elevada a Vila em dezembro de 1874, desmembrando-se de Magé e levando consigo a freguesia de N. S. Aparecida (OTTERO, 2017, p. 20).

(2013, p. 819 apud PAULA, ALMEIDA, 2016, p. 159) assinala que a “*cidade* constituía em título honorífico concedido às *vilas* que exerciam funções importantes em âmbito religioso, político ou militar, correspondendo a uma graduação superior” é importante ressaltar que quando as *vilas* obtinham o status de *cidade*, passavam a ser nomeadas de municípios e seu limite territorial compreende todo o limite territorial da *cidade* (centro urbano/ sede) e as regiões adjacentes.

Neste caso, *município* e *cidade* não detinham (e ainda hoje não detêm) o mesmo significado, uma vez que o termo técnico *município* engloba uma circunscrição territorial e administrativa composta por uma povoação principal (chamada *sede de município*) e tudo aquilo que estiver dentro de seu limite territorial, como os *arraiais* (*distritos*). Em contraponto, *cidade* refere-se unicamente ao centro populacional de maior povoação do *município*, ou seja, sua *sede*. (PAULA, ALMEIDA, 2016, p. 160)

Figura 2: Vila de Magé (1845 - 1846)



Fonte: **VILLA de Magé**. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], [1845-1846]. 1 grav., litogravura, p&b, 17,2 x 26,8 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1424740/icon1424740.jpg. Acesso em: 14 set. 2019.1

A população mageense, em 1840, segundo dados compilados dos relatórios por Gouvêa (2008, p. 43) possuía um total de 13.599 pessoas. Desse total 6.314 eram livres e 7.285 escravizados. No Recenseamento realizado no Brasil em 1872, encontramos informações detalhadas sobre cada freguesia do município. De modo geral, a população estimada pelo censo era de 27.291 pessoas, sendo 14.314 livres e 11.977 escravizados.

Na agricultura, a região se destacou na produção de cana-de-açúcar. Além disso,

cultivava-se milho, feijão, farinha de mandioca, arroz, legumes, café e frutas como banana, cambucá, jabuticaba, laranjas. O escoamento da produção acontecia por meio dos rios e portos da região em direção a cidade do Rio de Janeiro. Os portos para escoar a produção eram: o Grande da Piedade, o Velho da Piedade, o Iriri além do porto de Suruí. Dentre esses, o porto mais importante era o Porto da Piedade. (ALONSO, 2000)

Situado no fundo da vasta bahia do Rio de Janeiro na direcção da Serra dos Órgãos, tem servido e continúa a servir para a villa de Magé: é o melhor e mais desembaraçado porto, o unico que pela sua situação a beira-mar não se acha exposto aos pestíferos miasmas que infestão os lugares situados nos extensos pantanos entre o mar e a serra, miasmas por cujos estragos já tantas famílias forão ceifadas e que tão triste recordações deixarão nas chamadas febres de Macacú. Com alguns trabalhos de facil execução, aos quaes em parte já se tem dado principio, o porto poderá a qualquer hora do dia ou da noite receber um barco movido por vapôr. Presentemente a communicação diaria com a côrte é feita por falúas, que pelo meio dia partem da Praia dos Mineiros, chegão às 3 ou 4 horas na Piedade, e depois de pouca demora voltão outra vez à cidade. O porto é o ponto final da estrada dos Leites⁸ para à Sapucaia, pela qual muitas tropas descem das fazendas da Parahyba, confins a provincia do Rio de Janeiro, e mesmo do centro da de Minas Geraes. [...] Brevemente serão todos obrigados a confessar que o porto da Piedade é da maior importancia, não só pela sua posição geographica, como pela salubridade de seu clima, e tão persuadidos estão disto os seus proprietarios, que não olvidarão seus esforços para o seu maior desenvolvimento em beneficio do publico, tanto que já se acha contractada a factura de uma barca de vapôr para a sua carreira. (ALMANAK LAEMMERT, 1850, p. 125 e 126)

Um fator que se destaca na citação acima é a insalubridade da região, atribuída à localidade que é composta por mangues e pântanos. Ao longo dos anos, os Relatórios dos Presidentes da Província destacavam as possíveis soluções como a construção de valas, dessecação dos pântanos para que ocorresse a diminuição de febres e doenças ⁹que atingiam a população. Uma das tentativas de melhorar essa situação foi a obra do Canal de Magé, destaque nos relatórios e no Almanak Laemmert por contribuir também com a atividade comercial da Vila. Pelo Canal de Magé navegavam barcos, faluas carregando diversos gêneros produzidos.

⁸Segundo Ottero (2017, p. 22), as obras da estrada Magé- Sapucaia foi um empreendimento do capitão Francisco Leite Ribeiro e de seu irmão Custódio Ferreira Leite com o objetivo de ligar a Província do Rio de Janeiro a de Minas Gerais.

⁹Doenças como febre amarela, hepatite, cólera e varíola ocorreram com frequência no município. Para mais informações sobre como as epidemias, endemias e surtos foram mapeados e percebidos pela administração provincial, ver PIMENTA, BARBOSA, KODAMA (2015).

Figura 3 - Faluas



Fonte: CASTAGNETO, Giovanni. Faluas Ancoradas na Ponta do Caju no Rio de Janeiro. 1885. Óleo sobre cartão. 24.00 cm x 32.00 cm. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra1030/faluas-ancoradas-na-ponta-do-caju-no-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 05 de Mar. 2020.

1. 2 Trabalho, instrução e sociabilidade em Magé

Em 1848, na localidade de Santo Aleixo a aproximadamente doze quilômetros da freguesia de Nossa Senhora da Piedade, abundante em recursos hídricos estabeleceu-se uma companhia dos Estados Unidos. A Fábrica de Santo Aleixo¹⁰ é considerada por alguns autores a pioneira na indústria têxtil no Brasil¹¹ (PERES, 2010, p. 25). A referida indústria foi citada diversas vezes nas fontes estudadas. No Almanak Laemmert de 1851, o primeiro registro da fábrica dizia que a mesma fabricava panos grossos “superiores aos de Minas” para sacaria e roupa de escravos (p. 103). Além de vender “algodão torcido para pavios de velas, barbante de algodão, cordão para redes, algodão cardado em pastas finas para as modistas.” (p.103). Na província, a fábrica era vista como um empreendimento promissor para a mesma. No relatório do Presidente Aureliano Coutinho de 1848, temos a seguinte fala:

¹⁰Nos periódicos, a fábrica aparece com três nomenclaturas diferentes ao longo dos anos: Fábrica de Santo Aleixo, Fábrica Nacional de Tecidos em Santo Aleixo e Fábrica Nacional de fiar e tecer algodão em Santo Aleixo.

¹¹Apesar de existirem estudos fazendo essa afirmação, há autores que apresentam dados diferentes ou questionam essa versão. STEIN (1957 apud LIMA; SANSON, 2008, p. 108) afirmou que o primeiro núcleo de indústria têxtil surgiu na Bahia a partir do ano de 1844.

[...] É uma fábrica de fiar e tecer algodão, pertencente a uma companhia dos Estados Unidos, que está sendo montada no lugar denominado Santo-Aleixo do município de Magé. [...] Nos seus trabalhos de construção tem atualmente trezentas pessoas **quase todas livres**, e pela maior parte colonos de Petrópolis. (Relatório do Presidente Aureliano Coutinho, 1848, p. 45, grifos nossos)

O uso de mão de obra escravizada deve ser ressaltado no trecho acima já que como evidenciado nos dados, Magé possuía grande contingente de escravos. Em 1852, o presidente João Darrigue Filho, ao visitar a fábrica, relata a presença de crianças trabalhando no local e encontra-se a existência de uma escola de ensino primário no território da fábrica.

[...] Compõem-se actualmente o seu pessoal de 112 operários livres, em grande parte de menor idade, sendo 80 do sexo masculino e 42 do feminino, compreendendo-se entre aquelles 10 brasileiros. [...] **Os diretores do estabelecimento teem ali uma escola de ensino primario.** Os meninos empregados na fabrica são tratados com muito desvelo, e os de idade menor, alem do salario e comida, recebem roupa, e são ali curados quando enfermos, bem como os operários que o desejão. (Relatório apresentado pelo vice-presidente João Darrigue Filho, 1852, p.40, grifos nossos)

De onde vinham esses meninos? Nos Relatórios dos presidentes da Província encontramos a referência de que alguns deles eram provenientes do Asilo de Santa Leopoldina¹² em Niterói. Em 1864, no relatório da Província, na seção dedicada ao Asilo de Santa Leopoldina, encontramos dados referentes ao envio de menores que residiam lá para o trabalho na Fábrica de Tecidos de Santo Aleixo.

Existem actualmente 77 meninas e 2 meninos, por haverem sahido 18 meninas, 4 por casamento, 6 por pedidos de seus parentes e 8 por morte; e 9 meninos, 1 a pedido a pedidos de seus parentes e 8 remetidos ao Instituto dos Artesãos na corte e à Fábrica de Santo Aleixo em Magé. (Relatório do Presidente João Crispiano Soares, 1864, p.21)

Entretanto, não eram apenas meninos desvalidos que ficavam sob a guarda da fábrica. Nos Annaes do Parlamento Brasileiro encontramos a menção de que famílias desvalidas buscavam abrigo e meios de subsistência no estabelecimento.

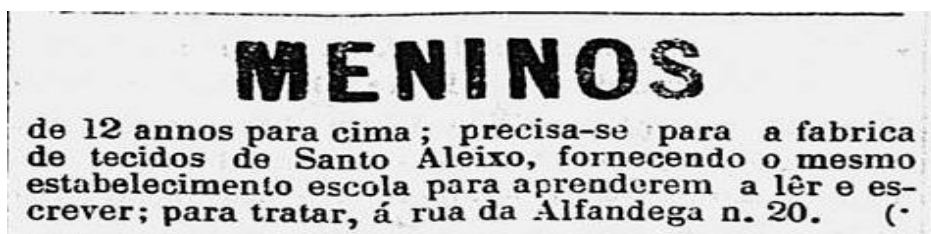
Já hoje ensina e **mantem a fabrica grande numero de meninos brasileiros, e serve de asylo a familias desvalidas, que sendo alli aceitas, são empregadas em diversos serviços, e encontrarão, além dos meios de sua subsistência, a grande vantagem de terem gratuitamente o ensino moral de seus filhos**, pois que a zelosa administração desta empreza sustenta duas escolas primarias no mesmo estabelecimento. (Annaes do Parlamento Brasileiro, 1860, p. 130, grifos nossos)

No periódico Diário do Rio de Janeiro, na seção de anúncios do dia 24 de janeiro de 1871, aparece a chamada de meninos para trabalhar na fábrica que forneceria aos mesmos acesso

¹²Fundado em 24 jun. 1854 em Niterói, o Asilo de Santa Leopoldina tinha o objetivo de acolher, educar e criar meninas desvalidas da Província Fluminense. Nos relatórios percebemos a presença de alguns meninos.

a escola.

Figura 4: Chamada para meninos trabalharem na fábrica



Fonte: Diário do Rio de Janeiro - 24/01/1871, p.4

O endereço fornecido no anúncio é do centro da capital do Império. Essa seria uma forma de também levar os meninos “desvalidos” das ruas da capital para trabalharem no interior da província. A preocupação com a instrução dessas crianças trabalhadoras pode refletir uma precaução com formação disciplinada para o trabalho desses meninos e meninas. Santos (2021) em seu estudo ““ Jovens úteis a si e a pátria”: Uma análise acerca das Colônias Orfanológicas do Município de Estrela na Província do Rio de Janeiro”¹³, analisa o caso de colônias que abrigavam meninos ingênuos que em suas dependências trabalhavam e obtinham a instrução. Tendo essa perspectiva, após a Lei do Ventre Livre em 1871 destaca-se a obrigação de proprietários de escravos oferecerem instrução aos ingênuos, norma que a fábrica poderia explorar. A oferta de instrução gratuita aos meninos trabalhadores também poderia ser uma forma de receber “favores” do governo como dizia o segundo parágrafo do artigo 57 da Reorganização da Administração Provincial de 1876¹⁴.

¹³Trabalho enviado para o XIV Congresso Iberoamericano de História da Educação (CIEHLA) que estava previsto para ocorrer em 2020, em Lisboa, Portugal. Porém o Congresso foi adiado por conta da pandemia do Coronavírus (COVID -19) para 2021.

¹⁴ Em 1860, o Annaes do Parlamento Brasileiro (p. 130) ressaltava que a fábrica era “privada de todo e qualquer auxílio do governo, apenas gozava desse favor para fazer face às inúmeras contrariedades com que tem lutado para poder manter-se no estado em que está hoje”.

Figura 5: Reorganização da Administração Provincial da Instrução pública e particular

Art. 57. Os asylos da infancia ou escolas de instrucção popular, creados e mantidos a expensas de qualquer particular, por si ou associando-se a outros, receberão do governo e das autoridades provinciaes encarregadas da instrucção publica todo o apoio e animação possível e ao seu alcance; podendo o presidente da provincia fornecer áquellas escolas livros, utensilios e custeio.

§ 1.º O mesmo apoio e animação, e quaesquer outros meios de que o governo pudér dispor, se estenderão ás associações que se propuzerem a promover o augmento da população escolar, quer proporcionando vestuario e calçado aos meninos pobres quer concedendo alguma retribuição aos habitantes das proximidades das escolas, que se prestarem a aboletar os meninos residentes a maiores distancias.

§ 2.º O presidente da provincia não concederá favores a empresas industriaes ou agricolas, que tenham officinas ou nucleo de trabalhadores permanentes, sem impor-lhes a obrigação de fundar e manter escolas para menores ou adultos, em que se ensine pelo menos a ler, escrever e contar, as quaes serão sujeitas á fiscalisação das autoridades da instrucção, como as publicas; podendo todavia, com attenção ás condições e conveniencias do estabelecimento, alterar quaesquer disposições regulamentares, menos quanto ás materias do ensino.

Fonte: Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da vigésima primeira legislatura no dia 22 de outubro de 1876 pelo presidente, conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima, 1876, p. S1-17.

Além dos meninos, havia meninas trabalhando na fábrica como mostra o registro abaixo encontrado no jornal Diário do Rio de Janeiro em 6 de março de 1875. Na citação do relatório de 1852 já mencionada acima, há a indicação de que nas dependências da fábrica existia uma escola de ensino primário, assim como a chamada do jornal Diário do Rio de Janeiro. No entanto, o relato da figura abaixo informa que as meninas frequentavam a escola pública local. O que será que ocorreu para que as meninas trabalhadoras frequentassem uma escola da localidade e os meninos trabalhadores frequentarem a escola da fábrica? O ensino misto de meninos e meninas, na mesma escola ou sala de aula, ainda não era bem aceito pela sociedade e sua realização gerava polêmicas. Talvez esse fosse um dos motivos para a separação. Não foi possível localizar onde essas crianças desvalidas ficavam após o período de trabalho na indústria. Talvez ficassem sob a guarda das famílias que trabalhavam no mesmo estabelecimento ou houvesse alguém responsável por elas.

Figura 6: Relato da presença de meninas trabalhando na fábrica

As pessoas gradas de Magé e entre ellas o proprietario da fabrica de tecer algodão de Santo Aleixo reclamam instantemente contra a suspensão do ensino na escola para meninas daquela localidade, e, confessando que era má a frequencia, attribuem a má posição da casa em que funcionava, ás ausencias da professora que alli servia, e asseguram que agora que está mudada a escola para melhor local a matricula e a frequencia subiram. A verdade é que recebi agora um mappa da matricula desta escola datado de 27 de Janeiro, e d'elle consta que até essa data estavam matriculadas 24 alumnas, concorrendo muito para isto o proprietario da fabrica de Santo Aleixo que mandou para escola meninas empregadas na fabrica, como me communica o Dr. inspector municipal em officio de 20 de Fevereiro ultimo, agora recebido.

Fonte: Diário do Rio de Janeiro, 06/03/1875, p. 1

No relato acima temos a menção da ausência da professora que atuava em Santo Aleixo. A referida escola foi criada pelo decreto de número 1.855 de 1873 e para a qual foi nomeada Claudina Custodia Ribeiro. Segundo o Almanak Laemmert, em 1876 era mestra na localidade de Queimados no município de Iguaçu. No ano em que foi publicado o informe acima, o relatório não informou quem era a professora no local. Porém no Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da vigésima primeira legislatura no dia 22 de outubro de 1876 pelo presidente, conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima (Mapa 6), aparece a mestra Elisa Neomisia da Silveira como docente de Santo Aleixo com atuação de um ano e oito meses na Província¹⁵. Como não localizamos informação de que Elisa teria atuado anteriormente em outra escola, podemos inferir que Elisa tinha recém chegado à localidade quando essa notícia foi publicada.

Podemos observar a fábrica, ao empregar tantos meninos e meninas, como espaço de aprendizagem de um ofício e também das primeiras letras, associados à aprendizagem de determinados comportamentos que refletissem disciplina, moralidade, civilidade, valores religiosos, entre outros.

No que tange à questão feminina, essas meninas apesar de terem acesso à instrução foram treinadas desde cedo para desempenharem atividades fabris. Em sua tese, Fabiana Munhoz

¹⁵ Elisa pode ter sido nomeada em fevereiro de 1875. Então, a mudança da localidade da escola e melhora da frequência pode ter relação com a chegada da nova professora.

(2018), ao investigar o magistério público feminino inserido na história das mulheres trabalhadoras paulistas, destaca que os trabalhos exercidos pelas mulheres no espaço público da cidade era um prolongamento das atividades domésticas. Lavadeiras, quitandeiras, quituteiras, tropeiras, parteiras e costureiras desenvolveram suas tarefas domiciliares como forma de garantir o sustento. Além da fábrica e das escolas, outros lugares de aprendizagens diversas se fizeram presentes no município de Magé, como os espaços de sociabilidade.

1.2.1 Gabinete de Leitura Mageense: “Elemento de civilização”

No Almanak Laemmert foi mencionado frequentemente a presença de espaços recreativos que compuseram a sociedade mageense no século XIX, como o Gabinete Mageense de Leitura, a Sociedade de Música Recreio Mageense e a Sociedade de Música União Recreio da Piedade localizados na freguesia sede. Segundo o jornal “A Reforma: Órgão democrático”¹⁶, o Gabinete Mageense de Leitura foi fundado por meio dos esforços do Dr. Francisco Ferreira de Siqueira Pirassinunga, do tenente-coronel Procópio José dos Reis e de José Corrêa de Albuquerque Lacerda. Na data de publicação do periódico, o Gabinete contava com mais de 300 volumes.

Na imagem abaixo, localizamos a estrutura administrativa do Gabinete Mageense de Leitura em 1878. Destacamos a presença do professor público primário Francisco Hermenegildo da França como vice- presidente da biblioteca que foi frequentada por 3.650 leitores em 1874.

Figura 7: Estrutura administrativa do Gabinete Mageense de Leitura

Gabinete Magéense de Leitura.
Presidente.—João Sabino Antonio Damas-
 ceno.
Vice-Presidente.—Francisco Hermenegildo
 da França.
Secretario.—Antonio de Oliveira Braga.
Thesoureiro.—Manoel Antonio de Barros.
Procurador.—José Pinto de Magalhães Se-
 queira.
Bibliothecario.—Thomaz de Siqueira J^o.
 A Bibliotheca possui 4,000 volumes.
 Durante o anno de 1874 frequentarão-na
 3,650 leitores.
Sociedade de Musica Recreio Magéense.
Presidente.—João Capistrano Gomes de
 Araujo.
Vice-Presidente.—Carlos Martiny.

Fonte: Almanak Laemmert, Província, 1878, p. 169

¹⁶ Fonte: A Reforma: Órgão Democrático, 06 jan. 1874, p. 2

O Gabinete Mageense de Leitura era uma biblioteca particular que realizava empréstimos de livros. Segundo o relatório do presidente Dr. Américo de Moura Marcondes Andrade apresentado em 1879, no ano anterior, a biblioteca emprestou 1.163 livros, sendo 1.121 romances. O quantitativo de pessoas que frequentavam o Gabinete, entre homens e mulheres, não foi informado. De acordo com o relatório, como foi adotado o sistema de empréstimo de livros, os sócios não frequentavam o Gabinete. A maior parte dos membros do Gabinete instituído em primeiro de julho de 1873 eram negociantes e outros moradores da cidade. Como informação adicional, há o relato do bibliotecário dizendo que o acervo era composto por 1.234 volumes entre poemas, obras científicas e diversas obras de história, geografia e romances em francês¹⁷. Podemos perceber que ao longo dos anos seu patrimônio literário cresceu gradativamente e em 1882, no relatório do desembargador Bernardo Avelino Galvão Peixoto (p. 326), o Gabinete de Leitura contava com 1.497 livros emprestados.

A necessidade da criação de bibliotecas públicas pela província fluminense surge na década de 1870 juntamente com mudanças na instrução pública que permitiram e ampliaram o acesso de meninas a escola. O relatório do desembargador Bernardo Avelino Galvão Peixoto de 1882, registra que as bibliotecas “[...] são focos de instrução que cooperam vantajosamente para a civilização; são complementos da escola; é necessário dar que lêr aos que aprenderam a leitura.” (p. 326).

Com essa premissa, Apolaro e Nascimento (2018) apontam que a Lei Provincial nº 1.650 de 1871 mandava criar bibliotecas populares em cada uma das cidades da Província. E que deveriam ser dirigidas e administradas pela Câmara Municipal, sendo seu acervo guardado em uma das salas do edifício da Câmara. Era recorrente nas análises dos relatórios a presença de definições dos principais objetivos das bibliotecas populares, independente de serem públicas ou particulares. Não foi possível localizar onde estava localizado o Gabinete Mageense de Leitura. Porém nos relatos sobre os “Horrores de Magé” (1893 - 1894), ao tratar sobre a invasão à Câmara Municipal, encontramos o seguinte registro:

[...] Deram com **uma sala onde estava a biblioteca de um particular**, como me declarou o Sr. Magalhães de Azevedo, secretário. Subtrahiram muitos livros, trancando obras em mais de um volume, e muitos foram estragados, cortados ou rasgadas as folhas e destruída a encadernação. Ainda encontrei as estantes em completa confusão e alguns volumes atirados no pavimento. Disse-me então o secretario da camara que assim os tem conservado, sem sequer arrumar-os devidamente, e que a bibliotheca arrolada contava para mais de mil e quinhentos volumes: não terá hoje mais que trezentos. (HORRORES

¹⁷Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na segunda sessão da vigesima segunda legislatura no dia 8 de setembro de 1879 pelo presidente, dr. Americo de Moura Marcondes de Andrade, p. A3-26.

DE MAGÉ, 2002, p. 62, grifos nossos)

Seria a biblioteca destruída o Gabinete Mageense de Leitura? Se levarmos em consideração algumas questões, é possível estarmos tratando do mesmo estabelecimento. Apesar de ser uma biblioteca particular, o Gabinete de Leitura pode ter seguido as recomendações provinciais e ter se estabelecido em uma das salas da Câmara municipal. Além disso, não encontramos vestígios de que Magé possuía outra biblioteca. Outro ponto que podemos observar é o quantitativo de livros que apresenta similaridade.

Pereira e Borges (2019, p. 4280) sinalizam que “[...] o desenvolvimento econômico de Magé reverberou na criação de equipamentos culturais, espaços de sociabilidade e de aprendizagem, nos quais o acesso à cultura letrada pode ser difundido e incentivado”, em um município em que, pelo Recenseamento de 1872, podemos perceber que 86,98% da população era analfabeta. O quadro abaixo mostra em detalhes os números relativos a cada freguesia.

Quadro 1: Dados relativos à instrução da população por freguesia

Freguesias	População	Alfabetizados	Analfabetos	Frequerentam escolas ¹⁸	Não frequentam escolas	Professores e Homens das letras ¹⁹
Piedade	5.794	1.346	4.448	279	631	10
Aparecida	5.382	445	3.400	65	317	2
Guapimirim	7.311	744	6.567	159	833	1
Suruí	2.175	255	1.920	53	244	3
Teresópolis	3.457	375	3.082	81	384	5
Sapucaia	3.172	390	2.782	175	347	13
Total	27.291	3.555	22.199	812	2.756	34

Fonte: Quadro elaborado pela autora com dados do Recenseamento do Brasil em 1872.

Ressaltamos que no número de alfabetizados das freguesias de São Nicolau do Suruí e de Santo Antônio de Sapucaia há a presença de um escravizado alfabetizado em cada localidade. Além disso, na análise deste quadro, podemos perceber a presença de ao menos 34 professores atuando no município juntamente a população de faixa etária entre os seis e 15

¹⁸A faixa etária compreendida pelo recenseamento de 1872 era de seis a 15 anos.

¹⁹Não foi possível identificar se esses homens de letras se referem apenas aos professores ou se incluem escritores ou intelectuais. No entanto, os números coincidem com o quantitativo de professores públicos e particulares de cada freguesia levantados na pesquisa, com exceção de Sapucaia.

anos²⁰. Destes, apenas 812 frequentavam a escola, enquanto 2.756 estavam alijados desse processo de escolarização. Se utilizarmos apenas os dados referentes às meninas, 317 estavam frequentando as escolas e 1.335 estavam afastadas das salas de aula. O número de meninas que faziam parte da população em idade escolar e efetivamente a frequentava era menor que o quantitativo masculino. Porém esses registros estatísticos demonstram um avanço na educação feminina provincial que ao longo dos anos foi proporcionando paulatinamente as meninas e mulheres um maior acesso à instrução pública.

²⁰ Apesar do recenseamento de 1872 estabelecer a idade escolar entre seis e 15 anos, as legislações educacionais da província de 1849, 1859, 1862 instituíram a idade de cinco a 15 anos. No entanto, o regulamento de 1876 estabelecia o ensino obrigatório de seis a 15 anos. (SANTOS, 2017, p. 206)

2 “DESENVOLVER A INTELIGENCIA E FORMAR O CORAÇÃO DAS FUTURAS MÃES DE FAMÍLIA”: A ESCOLARIZAÇÃO FEMININA EM MAGÉ ENTRE A LEGISLAÇÃO E A PRÁTICA

A educação e instrução da infância eram vistas como fontes de progresso e o “mais nobre empenho dos governos”²¹. Para compreender a situação e o desenvolvimento da instrução na província fluminense, em especial, da educação feminina realizamos a análise dos relatórios dos presidentes da Província. Por meio desta fonte podemos acompanhar as discussões, medidas tomadas além da menção de discursos que visavam promover o acesso das meninas à instrução e das mulheres ao magistério público.

De um modo geral, a leitura dos documentos oficiais nos dão a ver um movimento de elaboração de representações sobre **a missão social da profissão, denotando estratégias de constituição de um lugar privilegiado para os professores na ação de civilizar o povo e construir a nação**. Em várias regiões do país, as autoridades do ensino demonstravam confiança na ação docente para a difusão de determinados ideais de moralidade, de civilidade e de pertencimento à pátria. (GONDRA, SCHUELER, 2008, p. 173, grifos nossos)

A ideia de missão explícita e destacada no trecho acima tem relação à equiparação dos docentes com sacerdotes. No Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na segunda sessão da 14ª legislatura pelo vice-presidente, o doutor José Ricardo de Sá Rego, o mestre foi apresentado como “verdadeiro sacerdote, deve edificar pela palavra e pelo exemplo (p. 12)”. No entanto, a missão do magistério feminino foi exposta no Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da 15ª legislatura no dia 8 de setembro de 1862 pelo vice-presidente da mesma província, José Norberto dos Santos.

A missão do magistério feminino é mui alta, pois que lhe cabe quasi privativamente **desenvolver a intelligencia, e formar o coração das futuras mães de família**: se não fôr perfeita a educação das mestras, se seus sentimentos religiosos, e seus principios de moral não fôrem os mais puros e rectos, que sentimentos e principios poderão ellas inspirar às suas alumnas? (Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da decima-quinta legislatura no dia 8 de setembro de 1862 pelo vice-presidente da mesma província, José Norberto dos Santos, p. S1-13, grifos nossos).

No fragmento acima percebemos que o magistério feminino estava intimamente ligado à preparação das meninas para a vida doméstica, visando formar boas esposas e mães. Esse ideal de formação aparece nas legislações educacionais ao longo dos anos, manifestando-se na

²¹Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da décima - quinta legislatura no dia 8 de setembro de 1862 pelo vice-presidente da mesma província, José Norberto dos Santos, p. 53

diferenciação curricular entre meninos e meninas. Nessa perspectiva, para a educação feminina “era suficiente uma educação moral sólida, visando à formação de esposas e mães, em detrimento da instrução escolar propriamente dita, descrita como superficial e meramente ilustrativa” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 205). Discursos baseados na defesa de uma essência única e exclusivamente feminina de cuidar e educar as crianças contribuíram para ampliar o espaço de conquista de espaços profissionais. Isto é,

[...] compreendia a função materna a partir de um triplo viés: o biológico, devido à sua própria natureza, como educadora de seus próprios filhos; o social, como educadoras dos filhos do povo, responsável pela disseminação da educação da infância, nas escolas e colégios; e, finalmente, o patriótico, pela associação, cada vez mais presente, entre a formação dos cidadãos e o papel social das mulheres como figuras centrais no processo de (re) construção da nação. (MULLER, 2001 apud GONDRA, SCHUELER, 2008, p. 214)

A Lei Geral de Ensino de 1827 definiu em três artigos sequenciais (do 11º ao 13º artigo) como a educação de meninas seria realizada. No artigo 11º ficou instituído que haveria escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas em que os presidentes em Conselho julgassem necessário. No artigo seguinte, declara que as mestras devem ensinar as matérias dispostas no artigo 6º, com a exclusão das noções de geometria e limitando à instrução de aritmética as quatro operações, ensinando também as prendas domésticas.

A exclusão de determinados conhecimentos matemáticos, diferenciou o ensino de meninos e meninas no século XIX. Ambos deveriam aprender a ler, escrever, as quatro operações aritméticas, gramática da língua nacional e os princípios da moral cristã e a doutrina da religião Católica Apostólica Romana. Enquanto as meninas aprendiam as prendas domésticas, os meninos aprendiam prática de quebrados, decimais, proporções e as noções de geometria prática.

A primeira menção à escola para meninas na Província localizada nos relatórios dos presidentes data do ano de 1837 que relatou a criação de duas escolas femininas: uma em Niterói e uma em Angra dos Reis, ressaltando que “fôra injusto que estas Cidades não gozassem de hum benefício já concedido às outras duas da Província”(p. 5). O registro sinaliza que já havia outras duas escolas de meninas, mas não informa em quais lugares. Entretanto, no relatório de 1838, relatou-se que “vinte e huma são as escolas públicas de primeiras letras na Província, das quaes duas são de meninas” (p.1). Não fica explícito o que aconteceu com as outras duas escolas. Pode ter ocorrido um erro no relatório de 1837 ou duas das quatro escolas mencionadas nesse relatório foram extintas.

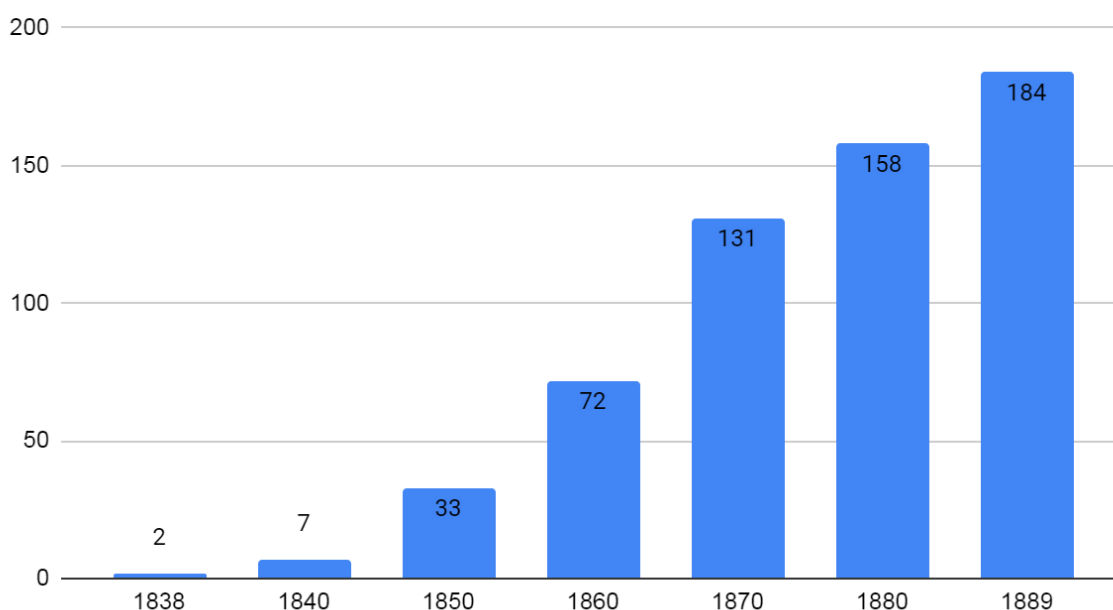
Ao longo dos anos, os relatórios dos Presidentes da Província apresentavam o cenário da

educação em geral e por meio deles conseguimos acompanhar as medidas que possibilitaram avanços na educação feminina. O crescimento no número de escolas criadas e providas, bem como a frequência das meninas também foram descritos nos relatórios. Deve-se salientar que os números que representavam a presença dessas meninas em sala de aula careciam de precisão ou eram estimativas. Pois nos relatórios encontramos constantes reclamações sobre os mapas de frequência que nem sempre eram entregues dificultando a divulgação fidedigna dos dados.

Em seu estudo, Chagas (2011) elaborou, com base nos relatórios, um quadro onde registrou o número de escolas femininas e masculinas, públicas e particulares além do quantitativo de alunos matriculados. Com essa premissa, elaboramos o gráfico abaixo contendo as informações sobre o número de escolas públicas femininas entre as décadas de 1830 e 1880.

Gráfico 1: Escolas públicas femininas na Província do Rio de Janeiro

Escolas públicas femininas



Fonte: Relatórios dos Presidentes da Província (1835-1889). In: CHAGAS, Renata Rodrigues. A expansão da oferta da instrução primária pública no século XIX na província do Rio de Janeiro. 2011. 47 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011

Deve-se ressaltar que, por conta da extensão dos dados e para manter um padrão no gráfico, priorizamos colocar as informações referentes ao ano que marca o início das décadas.

Pois há oscilação no número de escolas informado nos relatórios no decorrer de cada década.

Por meio do gráfico podemos observar o crescimento significativo ao longo dos anos. Entretanto, percebemos que na década de 1870 o número de escolas femininas tem uma elevação significativa. Enquanto em 1869, segundo Chagas, havia 126 escolas para meninos e 73 para meninas, em 1870 o número de escolas femininas criadas²² subiu para 131 enquanto contavam com 150 escolas masculinas. Nesse período percebemos uma aproximação entre o número de escolas femininas e masculinas. Esse fator tem conexão com uma determinação provincial promulgada no dia três de dezembro de 1869, o Decreto Provincial 1.470, que

[...] creou uma escola para o sexo masculino e outra para o sexo feminino nas freguesias, que ainda estão privadas deste elemento de civilização, devendo ser providas logo que possam ter mais de 14 alumnos de frequencia; e mandou subvencionar, na falta deste numero, outras tantas escolas particulares, à razão de 2\$000 mensaes por alumno, as quaes ficarão sujeitas a inspecção das autoridades da instrucção. (Relatório do presidente Teixeira de Macedo, 1870, p. 21 e 22)

Esta determinação legal estabeleceu a criação de escolas femininas e masculinas em todas as freguesias da Província. Anteriormente, a criação das escolas de meninas ficava a cargo das autoridades nos lugares onde julgassem necessário o estabelecimento, enquanto que as normas salientavam a criação de escolas para os meninos em todas as vilas e lugares mais populosos. Com o decreto provincial de 1869, tornou-se obrigatória a criação de escolas para meninas e meninos em todas as freguesias.

Com isso, percebe-se um crescimento significativo no número de escolas femininas posto que a maioria das freguesias contava com apenas uma escola masculina. Essa extensão da instrução feminina possibilitou um maior atendimento das meninas. Logo, com o aumento significativo das escolas femininas houve um aumento no número de professoras atuando na Província fluminense. Munhoz (2018, p. 175) evidencia que a ampliação da instrução feminina certamente estava vinculada à relação existente entre escola e os padrões de gênero dominante na sociedade.

Entretanto, ressaltamos que a criação de escolas não garantia necessariamente a sua instalação e provimento. Em muitos relatórios há a menção de que algumas escolas foram criadas, “mas não providas”. Ou seja, essas escolas não funcionavam efetivamente, na maioria dos casos, pela falta de docentes para assumir a cadeira. Logo, o gráfico acima registra o número de escolas públicas existentes naquele ano, o que não significa que todas estavam em

²² No entanto, o Relatório informa que apenas 73 estavam em exercício e as demais estavam aguardando provimento.

funcionamento. Algumas escolas demoravam anos até que fossem providas e pudessem atender a população local. Chagas (2011, p. 17) acrescenta que “a expansão da oferta de ensino não estava preocupada, de fato, com a garantia da qualidade do ensino”. Diante dos fatos apresentados, analisaremos o processo de implementação das escolas femininas no município de Magé.

2.1 As escolas femininas em Magé: criação e distribuição geográfica

A primeira escola pública destinada a atender a população masculina mageense, de acordo com as fontes, foi criada no município por meio da deliberação de 30 de agosto de 1833²³ e estava localizada na freguesia de Nossa Senhora da Piedade²⁴. Segundo o relatório de 1838 (mapa 7) a cadeira estava ocupada por Joaquim Maria Martins Câmara. Contudo, o primeiro registro de escola feminina pública foi localizado no relatório do presidente Paulino Soares de Sousa que relatou:

Pelo que se respeita às escolas de meninas, achão-se providas 7, e em exercício 6. Ainda não estão providas, mas consta-me haver quem as pretenda, a de **Magé, creada por deliberação do governo provincial de 21 de agosto do próximo findo** [1839], e as de Itaborahy, Iguassú e Cantagallo, creadas por deliberação do governo em 15 de janeiro do corrente anno. Estão em Concurso (Relatório do Presidente da Província, Paulino Soares de Souza, 1840, p. 16, grifos nossos)²⁵.

Embora a primeira escola feminina tenha sido criada em 1839, a professora Luiza Augusta de Menezes foi nomeada em 23 de março de 1840 e tomou posse como docente da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade em 16 de junho do mesmo ano²⁶. Percebemos que passaram alguns meses entre a criação e o provimento da escola. Esse fato era corriqueiro e serve para exemplificar a demora existente entre a criação e a entrada da escola em efetivo exercício. Ao longo dos anos, podemos perceber a criação de escolas públicas em outras localidades do município. O quadro abaixo representa isso²⁷.

²³Dado presente no mapa sete do Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José Soares de Souza, na abertura da 2.ª legislatura da Assembleia Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1839 a 1840.

²⁴O relatório publicado em 1874 relatava que a criação da escola masculina foi em 03 de agosto de 1833.

²⁵No relatório de 1874, encontramos uma divergência quanto à data da criação da escola que para este relatório seria dia 31 de agosto de 1839.

²⁶Fonte: Jornal Correio Mercantil de 06 de fevereiro de 1860, p. 2.

²⁷Optamos por organizá-lo tendo como base a criação das escolas masculinas precursoras no município para favorecer uma análise comparativa.

Quadro 2: Criação das escolas públicas em Magé

	Freguesia	Localidade	Masculina	Feminina
1	Nossa Senhora da Piedade	Sede	Deliberação de 03/08/1833	Deliberação de 31/08/1839
		Santo Aleixo	Decreto nº 1.302 de 1865	Decreto nº 1.855 de 1873
		Porto da Piedade	Decreto nº 1.709 de 1872	Decreto nº 1.832 de 1872
2	Nossa Senhora d'Ajuda de Guapimirim	Sede	Deliberação de 29/05/1847	Decreto nº 1.470 de 1869
3	São Nicolau de Suruí	Sede	Decreto nº 456 de 1848	Lei nº 29 de 1851
4	Apparecida	Sede	Lei nº 29 de 1854	Decreto nº 1.470 de 1869
5	Santo Antônio do Paquequer	Sede	Decreto nº 1.470 de 1869	Decreto nº 1.470 de 1869
		Santa Rita da Barra	Decreto nº 1.652 de 1871	-----
		Rio das Canôas	Decreto nº 1.832 de 1872	-----
6	Santo Antonio da Sapucaia	Sede	Decreto nº 1.470 de 1869	Decreto nº 1.470 de 1869
7	Guapy-Baixo	-----	Decreto nº 1.855 de 1873	-----
8	Nossa Senhora da Conceição	Sede	Decreto nº 1.955 de 1873	-----
Total de escolas			12	8

Fonte: Relatório do presidente Manoel José de Freitas Travassos na sessão de 08 de setembro de 1874. Quadro dos professores da província do Rio de Janeiro, existentes em 30 de junho de 1874, por municípios e localidades, data da criação das respectivas escolas, nomeação dos professores, suas categorias e classes. Mapa 5 e 6.

Além da criação das escolas acima, na década de 1880, nos deparamos com a menção de uma escola feminina no Sodrê e uma feminina e uma masculina na localidade do Jororó

ambas na freguesia de Piedade. Porém não encontramos a data de criação das escolas²⁸. Desta forma, analisando os dados compilados no quadro acima juntamente com as três escolas da década de 1880, podemos inferir que o município de Magé contou com 23 escolas públicas mantidas pela província²⁹, sendo dez escolas femininas ao longo do período estudado. Deve-se ressaltar que, ao longo dos anos, o número de escolas em exercício sofreu alterações³⁰.

Ao olharmos para a data de criação das escolas femininas podemos perceber que entre a criação da primeira escola (Piedade) e da segunda (Suruí) passaram-se 12 anos. E a origem das demais remota a datas posteriores ao decreto de 1869. Dentre todas as freguesias mageenses, a freguesia que contou com o maior número de escolas femininas foi a de Nossa Senhora da Piedade que dispunha de cinco escolas públicas para atender as meninas em diversas localidades. Esse fato corrobora com a relação entre o quantitativo populacional e econômico para a escolha da localidade onde as escolas seriam instaladas.

Ao acompanhar o ritmo da criação das escolas e seu processo de implantação na localidade, podemos perceber os meandros percorridos para a efetivação da legislação educacional e as interpretações das leis e decretos. Nesse sentido, percebemos que o crescimento das escolas femininas em Magé esteve em consonância com a onda de “progresso provincial”.

2.1.1 A situação das escolas particulares

No caso das escolas particulares, os dados presentes nos relatórios são insuficientes, imprecisos e incompletos. Com isso, estudar a situação das escolas particulares torna-se um desafio. Reclamações como a dificuldade no mapeamento das escolas, a falta de licença para funcionamento foram frequentemente citadas ao longo dos registros dos relatórios. Aspectos que contrariavam o artigo 112º do Regulamento da Instrução Primária instituído por Luiz

²⁸O Jornal do Commercio (RJ) de 17 out. 1884 afirma que foi aprovada a criação de uma escola feminina no lugar denominado Taylor, em Magé. Entretanto não encontramos informações nos relatórios dos presidentes da província e nem professores atuando na localidade.

²⁹Para além dessas escolas, o relatório de 1873 registra que Magé contava com uma escola noturna instalada pelo decreto nº 1632 de 1872. (Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na segunda sessão da décima nona legislatura no dia 08 de setembro de 1873, pelo presidente desembargador Manoel José de Freitas Travassos, p. A4-7). Em 1880, o decreto nº 2535 autorizou câmaras municipais a estabelecerem escolas e contribuir com a instrução primária fora das cidades e povoados. No mesmo relatório da informação anterior, encontramos os dados que Magé contava com três escolas administradas pelo município (Relatório apresentado a assembleia legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da primeira sessão da vigésima sétima legislatura em 08 de agosto de 1888, pelo presidente, dr. José Bento de Araujo, p. S6-12)

³⁰Com a elevação de Sapucaia a Vila, ocasionando a sua emancipação, as escolas desta freguesia e da freguesia de Aparecida foram desmembradas do território mageense no final de 1874.

Pedreira do Couto Ferraz em 1849 que dizia

Os professores particulares ficam obrigados a dar aos respectivos inspectores todas as informações e esclarecimentos que lhes forem exigidos acerca das mesmas escolas, e bem assim a enviar, no fim de cada trimestre e annualmente, mappas do numero de seus alumnos e do gráo de aproveitamento que apresentam. (Regulamento da Instrucção Primária, 1849)

Os debates em torno de qual tipo de instituição, pública ou particular, seria a melhor escola para educar os meninos e meninas fluminenses estiveram presentes na discussão proposta por alguns presidentes. Diante do que foi exposto, localizamos o nome de cinco professoras particulares que atuaram no município. Sendo que uma delas, Alexandrina, atuou anteriormente no ensino público.

Quadro 3: Professoras Particulares

N.	Nome das professoras ³¹	Freguesia	Anos de registro
1	Thereza do Nascimento Jesus	N. Sra. Piedade	1861 – 1865
2	Virgínia Leal de Abreu	N. Sra. Piedade	1865 – 1873
3	Alexandrina Ferreira Fraga	São Nicolau de Suruí	1865
4	Luiza Rodrigues Teixeira	N. Sra. Piedade	1873 – 1876
5	Maria Luiza de Siqueira Corrêa	N. Sra. Piedade	1877 – 1879

Fonte: Dados compilados dos Relatórios dos Presidentes da Província e do Almanak Laemmert

Assim como no caso das escolas públicas, a freguesia de Nossa Senhora da Piedade destacou-se também no quantitativo de escolas particulares. O ensino particular ganhou um incentivo provincial com a lei de subvenção dos colégios particulares. A lei de número 819 de outubro de 1855

[...] autorizou o governo a auxiliar alguns collegios particulares da provincia com uma prestação anual de 4:000\$000 réis, sob certas condições que garantissem a efficacia de semelhante medida, facultando ainda igual auxilio a qualquer outro que além desses preenchesse outras exigencias. (Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na 1.a sessão da 11.a legislatura pelo vice-presidente da provincia, o conselheiro Antonio Nicoláo Tolentino, 1856, p.6).

As escolas subvencionadas tinham o preceito de estar instaladas onde não houvesse escola pública disponível ou onde a mesma não estivesse funcionando. No caso da instrução

³¹Destas professoras, apenas Virginia aparece nos relatórios e no Almanak. Thereza encontramos somente no relatório, enquanto as outras duas foram mencionadas apenas no Almanak Laemmert.

em Magé, localizamos uma escola feminina e uma masculina que foram subvencionadas na localidade de Iriri pertencente à freguesia de Piedade. A escola feminina era regida pela professora Maria Luiza de Siqueira Corrêa. Segundo o Almanak Laemmert, Maria Luiza atuou como professora particular entre 1877 e 1879 na freguesia de Piedade. De acordo com o jornal Diário de notícias publicado no dia dois de janeiro de 1886 (p. 2), a escola particular da professora foi subvencionada pela Província fluminense. Em 1890, após a proclamação da República, Maria Luiza torna-se professora efetiva da escola mista de Iriri.

Essas iniciativas provinciais cooperaram para que o quantitativo de meninas escolarizadas se expandisse nas localidades onde as escolas estavam estabelecidas. O funcionamento das escolas foi afetado por uma série de problemas que impactavam na frequência e matrícula das meninas.

2.2 Os desafios de consolidação das escolas femininas: Condições de funcionamento e exercício docente

Criar escolas, provê-las de todos os materiais necessários e assegurar sua atividade foram alguns dos desafios que a Província fluminense teve que buscar soluções. As escolas provinciais enfrentaram problemas no seu funcionamento, financiamento que foram descritos nos relatórios. Mas o principal deles era firmar-se como instituição.

A escola para se legitimar enquanto agência fundamental para a difusão da instrução primária e secundária travou uma longa luta para se consolidar no plano simbólico e administrativo. Para isso, as autoridades provinciais, [...] recorreram a formulação que se tornou hegemônica: o ensino primário era visto como essencial para que o país ladeasse as nações civilizadas da época (Estados Unidos, Holanda, França, Bélgica, entre outros). (SANTOS, 2017, p.2)

As fontes sugerem que a escola era um elemento novo e desconhecido para a população fluminense e por isso frequentá-la não fazia parte das tarefas diárias de significativa parcela de meninos e meninas livres e pobres. Logo nos primeiros anos dos relatórios encontramos a narrativa de que “devia convidar os pais, ainda os mais destituídos de meios, a ahi enviarem seus filhos” (Relatório do presidente da Província, 1842, p.5).

[...] o pai do menino pobre, que o manda à escola, desde que por si o considera capaz de ir ajuda-lo na acanhada lavoura, no tráfego da pescaria, ou da taberna, o retira sem se embarçar com o complemento da educação primaria de seu filho; e o mesmo acontece a respeito das escolas do sexo feminino. Professores e professoras de muitas escolas públicas tem communicado ao director geral, por intermedio dos inspectores, os reiterados esforços, que muitas vezes inutilmente empregão para que o pai de um menino talentoso o deixe completar seus estudos. Outro facto tambem observado em muitas localidades he que pais pobres, ou por não poderem dar a seus filhos o preciso vestuario, e calçado, ou por não quererem por um mau entendido

orgulho que elles se apresentem vestidos inferiormente aos filhos de pais mais abastados, preferem vê-los crescer na ignorancia, sem curar dos meios de neutralisar os instinctos perniciosos, que d'ella nascem, e se desenvolvem. (Relatorio do presidente da provincia do Rio de Janeiro, o senador Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no 1º de marco de 1846, acompanhado do orçamento da receita e despeza para o anno financeiro de 1846 e 1847. Segunda edição, 1846, p. 74 e 75)

A baixa frequência escolar recorrentemente era citada nos relatórios como um impeditivo para alcançar o desenvolvimento da Província e do país. A lei número 1 de 1837 e o Regulamento da Instrução Primária de 1849 previam em seus artigos o fechamento de escolas que não obtivessem o quantitativo mínimo de alunos frequentando-as. Em 1837, o mínimo era de 15 alunos matriculados e com frequência ativa no decurso de dois anos, enquanto no de 1849 seria fechada qualquer escola de 2ª classe³² que em dois anos consecutivos não reunisse dez alunos e qualquer escola de 1ª classe que não reunir ao menos 20 alunos com boa assiduidade.

Pelo regulamento de 1849 instituído por Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, o artigo 69º previa que o professor

Deve ter um livro de registro dos alumnos que se matricularem na sua escola, especificando a época das matriculas, nome dos matriculados, nomes e profissões de seus paes, ausencias da escola, e notas mensaes de adiantamento de cada um dos discipulos, até o dia da sahida, declarando se sahiram promptos ou se foram retirados ou despedidos. (Regulamento da Instrução Primária de 14 de dezembro de 1849)

Apesar de reclamações quanto à regularidade dos alunos serem constantemente mencionadas nos relatórios, não encontramos o quantitativo de todos os anos registrados nesses documentos. Essas informações eram coletadas pelos inspetores paroquiais e logo depois, eram encaminhados ao Diretor da instrução. Esse último deveria apresentar um parecer dois meses antes da assembleia legislativa com o estado da instrução pública e particular.

Em alguns anos não encontramos informes sobre Magé e entre as justificativas estavam o falecimento do inspetor ou a falta de papel específico para anotar o estado das escolas. No entanto, no que tange o número de alunos, os encontramos com maior frequência a partir da década de 1860.

³²O Regulamento de 1849 estabelecia que em cada freguesia ou curato haveria uma escola de 2ª classe no local mais conveniente. Nas escolas de 2ª classe era ensinado: Leitura, com noções gramaticais indispensáveis; escrita, correção ortográfica; regras elementares de aritmética, as quatro operações sobre números inteiros, frações decimais e complexos, sistemas usuais de pesos e medidas; catecismo com explicações da doutrina cristã e principais orações.

Tanto a escola feminina quanto a masculina de Nossa Senhora da Piedade (Sede) eram as que tinham um maior quantitativo de estudantes. Segundo os mapas que constam nos relatórios, o ano em que apareceu um maior número de alunos que cada escola contou foi em 1859, a escola masculina registrava com 101 meninos matriculados e em 1866 a feminina tinha 59 alunas. Nos demais anos, as escolas do município oscilaram com matrículas de dez a quarenta alunos. Ressaltamos que o número de alunas matriculadas era inferior ao número de meninos.

As escolas que funcionavam das 8 horas às 13 horas no verão e das 9 horas às 14 horas no inverno enfrentaram outros problemas. Ao pesquisar sobre as professoras que atuaram em Magé, encontramos reclamações sobre falta de repasse dos ordenados, falta de pagamento do aluguel da casa e do material escolar. Ao acompanharmos pelo fio do nome (GINZBURG; PONI, 1991) a trajetória das professoras, percebemos que a maioria das professoras públicas passou por problemas no custeio de suas escolas tanto em Magé quanto em outros municípios.

Figura 8- Pagamento de aluguel

— A' mesma, mandando renovar o contrato da casa em que funciona a escola do sexo feminino da cidade de Magé, com a actual proprietaria D. Luiza Augusta de Menezes, a quem se mandou pagar os aluguels vencidos e os que se forem vencendo.

Fonte: Correio Mercantil, e instructivo, político, universal (RJ), 16 jul.1866, p.2

Figura 9- Pagamento de vencimentos

D. Elisa Neomisia da Silveira.—Espeça-se ordem á collectoria de Magé para pagar os vencimentos da supplicante, exigindo os emolumentos de que trata o regulamento de 6 de Maio de 1858, art. 1º, § 6.º.

Fonte: Diário do Rio de Janeiro, 17 out.1876, p. 1

Figura 10: Pedido de não pagamento dos utensílios para trabalho com agulha

Ao collector de Magé, em additamento á ordem de 23 do corrente, que não pague á professora de Santo Aleixo, D. Elisa Neonisia da Silveira, a quota dos utensis para trabalhos de agulha relativos ao 4º quartel do corrente anno, na importancia de 5\$500, ou exija a restituição de semelhante quantia caso já tenha sido paga.

Fonte: Diário do Rio de Janeiro (RJ), 29 out. 1876, p. 2

Figura 11: Pagamento retroativo do custeio da escola

Pela directoria de fazenda da provincia do Rio de Janeiro tiveram despacho os seguintes requerimentos:
 Rosa Maria Barbosa, pedindo pagamento do aluguel, de dezembro ultimo, da casa occupada pela escola para o sexo masculino de Caioaba, na Estrella. — Inclua-se em folha de exercicios findos.
 Manuel Joaquim Ribeiro, idem idem de outubro e dezembro ultimos, idem, idem de S. Sebastião do Alto, em Santa Maria Magdalena.—Idem, idem.
 Luiza Alves de Azavedo, idem. idem do custeio da escola de Guapimirim, em Magé, relativo ao 4º trimestre do anno passado.—Em vista da informação nada ha que deferir.

Fonte: Gazeta de Notícias (RJ), 12 mai.1879, p. 1

Figura 12: Pedido de pagamento dos custos da escola

— D. Joanna Rosa de Magalhães, professora da escola do Porto da Piedade, em Magé, pedindo pagamento de custeio, relativo ao anno passado.—Diga a directoria da fazenda.

Fonte: Jornal do Commercio (RJ) 05 jun. 1886, p. 2

As imagens acima nos levam a reflexão de que as experiências docentes dessas mulheres, apesar de suas peculiaridades, tiveram semelhanças. As condições materiais para desenvolver seu ofício não eram as ideais e os atrasos nos pagamentos dos ordenados demonstravam as dificuldades da sua sobrevivência.

Além de pedidos de remuneração, outra solicitação que foi recorrente nos periódicos foram as licenças para tratar da saúde³³. O tempo de licença concedido às professoras variava, geralmente, entre um mês podendo chegar até um ano. Na maioria dos casos, observou-se que as licenças eram remuneradas. No entanto, algumas professoras ficaram sem receber seus ordenados. E quando se tratava de estar doente ou doenças de familiares, ficar sem os vencimentos implicavam em problemas na vida das professoras. Quando um professor tirava licença, isso poderia representar aumento de custo para a província que deveria pagar o docente e um substituto para reger a escola. No entanto, esse custo parecia ser dividido com o professor regente. Em 1853, o jornal *Diário do Rio de Janeiro*³⁴, publicou uma nota dizendo que a então professora pública de Valença, Barbara Maria Julia Moura Ruas estava de licença. Porém como não designou uma pessoa apta para substituí-la, deveria receber somente metade do seu ordenado, sugerindo que a outra metade iria para a professora substituta, caso fosse designada. Logo após essa informação foi apresentada a professora substituta para a localidade.

Lima (2014) em seu estudo entende o afastamento dos professores do exercício docente em Pernambuco como “sinais de desconforto” sinalizando que

Os professores, por demonstrarem nas fontes, de múltiplas formas, uma necessidade imperiosa de se afastarem da docência por um tempo; as autoridades públicas em relação à aprovação ou não dos afastamentos dos professores e, em relação a como ficariam organizadas as aulas após o afastamento; e os pais de famílias, os quais em certos casos, exigiam a substituição ou a volta do professor afastado. (LIMA, 2014, p. 68)

Na imprensa periódica e nos relatórios encontramos professores e professoras sob o *status* “em disponibilidade” que ocorria quando o professor não estava regendo uma escola. Outro caso possível era se o docente fosse removido, nomeado e promovido e dentro de trinta dias não assumisse sua cadeira. Nessa situação, o docente ficaria em disponibilidade e poderia receber ou não seus ordenados. O caso da professora Theresa Alexandrina Alves Cordeiro evidencia os problemas em que a falta de remuneração aliada a doença afetava diretamente a vida pessoal delas. Theresa não foi professora de Magé, porém professoras e professores que eram docentes em Magé fizeram doações para ajudar Theresa.

³³As enfermidades dos professores não eram registradas. Então poderiam ser doenças crônicas ou relacionadas à insalubridade da região onde exerciam a docência. Fato que pode ter contribuído com a rotatividade pela Província fluminense.

³⁴ Fonte: *Diário do Rio de Janeiro* (RJ), 29 abr. 1953, edição 00015(1).

Figura 13: Professores oferecem ajuda financeira³⁵

Subscrição
promovida pelo professor Braulto Cordeiro entre os seus collegas da provincia do Rio de Janeiro, em favor de D. Theresa Alexandrina Alves Cordeiro, professora em disponibilidade sem vencimentos, que se acha baldada de todos os recursos e em grave estado de saúde

Sua Magestade o Imperador.....	508000
Exms. Srs.:	
Visconde de Prados.....	208000
Conselheiro Josino do Nascimento Silva.....	208000
Srs. professores:	
D. Anastacia Maria Desoudan...	928000
D. Benicia Augusta de Oliveira Assis.....	308500
Padre João Alves da Fonseca...	208000
Francisco José da Fonseca.....	168000
Francisco Lopes Lourenço.....	168000
Eduardo dos Santos Rodrigues..	158000
Nicolau José de Almeida.....	108000
Joaquim Pereira de Moraes.....	108000
D. Adelaide Mourão.....	108000
Luiz Nunes Duarte.....	98260
Joaquim José Mendes Pereira...	68000
João Coutinho de Siqueira.....	68000
D. Anna Augusta de Oliveira...	58000
D. Emilia Custodia Ribeiro Fernandes.....	58000
Antonio José Ribeiro Paraguassú	58000
Anonymo.....	58000
Barbedo Junior.....	58000
Antonio Caetano Dias.....	58000
D. Maria do Carmo Dias do Amaral Bastos.....	58000
Josephina Rivial Barbosa.....	58000
D. Joaquina dos Santos Souto...	58000
Antonio Meirelles Guedes.....	58000
Leopoldino Honorato Lopes.....	58000
Francisco Gonçalves Monta.....	58000
D. Maria Francisca Machado de Faria.....	58000
Uma professora.....	58000
Um professor.....	58000
A. B. Souza.....	58000
João Teixeira de Faria Caminada	58000
João Muniz de Figueiredo.....	58000
D. Carlota Felicissima do Amaral Peixoto.....	58000
Joaquim Victor da Costa.....	58000
Frederico dos Reis Nunes.....	58000

³⁵Professores que realizaram doação: Anastacia Maria Desoudin, Benícia Augusta de Oliveira Assis, Padre João Alves da Fonseca, Francisco José da Fonseca, Francisco Lopes Lourenço, Eduardo dos Santos Rodrigues, Nicolau José de Almeida, Joaquim Pereira de Moraes, Adelaide Mourão, Luiz Nunes Duarte, Joaquim José Mendes Pereira, João Coutinho de Siqueira, Anna Augusta de Oliveira, Emilia Custodia Ribeiro Fernandes, Antônio José Ribeiro Paraguassú, Barbedo Junior, Antonio Caetano Dias, Maria do Carmo Dias do Amaral Bastos, Josephina Rivial Barbosa, Joaquina dos Santos Souto, Antonio Meirelles Guedes, Leopoldino Honorato Lopes, Francisco Gonçalves Monta, Maria Francisca Machado de Faria, A. B. Souza, João Teixeira de Faria Caminada, João Muniz de Figueiredo, Carlota Felicissima do Amaral Peixoto, Joaquim Victor da Costa, Frederico dos Reis Nunes, J.P. de Azevedo, José Candido de Almeida, Thomaz Anselmo de Oliveira, Esmeraldina Maria de Souza, Maria Leonor da Matta, Joanna Carolina Azurar Barroso, Cândido José Mendes Pereira, Clariana Eustaquia de Machado Rego, Francisco Barbosa de Moura, Rosalina de Almeida Santos, Luiz José da Cunha Bastos, Alberto Luiz dos Reis, Delphina C. Jardim dos Reis, A. J. Ornellas, J. G. de Amorim, Hermenegilda Amalia Moreira, Miguel Maria Jardim, Francisco dos Santos Dias, Henriqueta Ferrão dos Reis, Vicente Antônio da Costa Junior, Luiz José Cardoso Junior, José Francisco Fontes Junior, Theresa C. dos Santos Costa, A. B. da França, Pedro Vidal, Presciliana Idalina de Souza, Veiga Nobrega, Ernestina F. de Azambuja Fonseca, Francisco Ferreira Madeira, Honorato Ignacio de Carvalho, José Antonio de Souza Freire, João Ricardo Ferreira Campello, Aureliano Nolasco Borges de Araujo, Ermelinda de Miranda Moraes, Rita Maria da Conceição Teixeira, Amelia Castrioto, E. S. Fascioti, Victoriano Marques de Freitas, Jesuino Francisco Dutra Filho, Emilia Adelaide Leal, João dos S. Rodrigues Seixas, Antonio Joaquim da Silva Fontes, Lucia Aurora Corrêa, Manuel da Costa Neves Silva, Miguel Pereira da Silva Torres, Braulio Cordeiro, Luiz Carlos de Moura, Francisco da Silva Mourão, Thereza M. Costa e Castro, F. R. P. de Carvalho, João Mendes, professora Ferrão, Claudina Custodia Ribeiro, Francisco do Valle Santos Loureiro, José Antonio Moreira da Silva e mais oito pessoas que não se identificaram.

J. P. de Azevedo.....	58000
José Candido de Almeida.....	58000
Thomaz Anselmo de Azevedo...	58000
D. Esmeraldina Maria de Souza.	58000
D. Maria Leonor da Matta.....	58000
D. Joanna Carolina Azurar Bar-	
roso.....	58000
Candido José Mendes Pereira...	58000
D. Clariana Eustaquia de Ma-	
chado Rego.....	58000
Francisco Barbosa de Moura....	58000
D. Rosalina de Almeida Santos.	58000
Luiz José da Cunha Bastos.....	48000
Alberto Luiz dos Reis.....	38000
Delphinia C. Jardim dos Reis....	38000
A. J. Ornellas.....	28000
J. G. de Amorim.....	28000
Hermenegilda Amalia Moreira..	28000
Miguel Maria Jardim.....	28000
Francisco dos Santos Dias.....	28000
D. Henriqueta Ferrão dos Reis..	28000
Um anonymo.....	28000
Um anonymo.....	28000
Vicente Antonio da Costa Junior	28000
Luiz José Cardoso Junior.....	28000
José Francisco Fontes Junior...	28000
D. Thereza C. dos Santos Costa.	28000
A. B. da França.....	28000
Pedro Vidal.....	28000
D. Presciliana Idalina de Souza.	28000
Veiga Nobrega.....	28000
Um collega.....	28000
Collega.....	28000
D. Ernestina F. de Azambuja	
Fonseca.....	28000
Francisco Ferreira Madeira.....	28000
Honorato Ignacio de Carvalho.	28000
José Antonio de Souza Freire.	28000
João Ricardo Ferreira Campello.	28000
Aureliano Nolasco Borges de	
Araujo.....	28000
D. Ermelinda de Miranda Moraes.	28000
Um professor.....	28000
D. Rita Maria da Conceição Tel-	
xeira.....	28000
D. Amelia Castrioto.....	28000
E. S. Fasciotti.....	28000
Victoriano Marques de Freitas..	28000
Jesuino Francisco Dutra Filho..	28000
D. Emilia Adelaide Leal.....	28000
João dos S. Rodrigues Seixas...	28000
Antonio Joaquim da Silva Fon-	
tes.....	28000
D. Lucia Aurora Corrêa.....	28000

Manuel da Costa Neves, Silva.	25000
Miguel Pereira da Silva Torres.	25000
Braulio Cordeiro.....	25000
Luiz Carlos de Moura.....	18500
Francisco da Silva Brandão....	18500
D. Thereza M. Costa e Castro...	18000
F. R. P. de Carvalho.....	18000
João Mendes.....	18000
Professora Ferrão.....	18000
D. Claudina Custodia Ribeiro...	18000
Francisco do Valle Santos Lou-	
reiro.....	18000
José Antonio Moreira da Silva..	18000
	5828060
Entregue á mesma senhora em	
prestações.....	3318060
Acha-se em meu poder.	2518000
Rogo a todos os meus collegas d'esta	
provincia, que ainda não concorreram, se	
dignem pelo amor de Deus mandar-me	
suas esmolas afim de que não morra á	
fome essa infeliz collega, que em uma	
pob're enxet'ga acha-se cõ as cat'as ras-	
gadas pela morphéa e as mãos estendidas	
para nós outros.	
Uma esmola pelo amor de Deus !	
BRAULIO CORDEIRO.	
Rua de Sant'Anna de Nictheroy n. 147.	

Fonte: Gazeta de notícias, 12 set. 1878, p.3

Os professores e professoras fluminenses movimentavam-se frequentemente pelas freguesias e municípios da Província. Por meio de remoções (obrigatórias ou a pedido) e permutas, ao longo da atividade docente foram educando meninas e meninos. A legislação provincial estabelecia como o deslocamento deveria ocorrer.

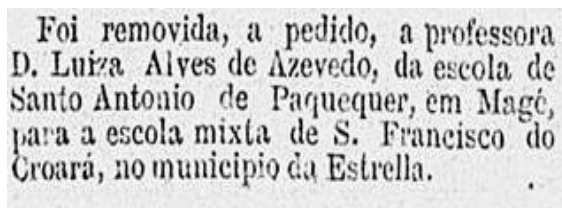
Art. 49º O presidente da província poderá remover os professores, se o exigir o interesse publico, guardando a ordem das categorias.

Paragrapho unico. Se a remoção fôr a requerimento dos professores, poderá ser para cadeira de categoria inferior

Art. 50º Nas remoções requeridas, assim como nas permutas, os professores não tem direito a ajuda de custo; tel-a-hão, porém, nas outras estabelecendo-se em regulamento o *quantum*, conforme as distancias. (Relatorio apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da vigesima primeira legislatura no dia 22 de outubro de 1876 pelo presidente, conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima, 1876, p. S1-16)

Essas transferências por permuta ou requeridas podem ter sido utilizadas pelos docentes com o intuito de se aproximarem dos locais em que gostariam de atuar. A oportunidade de atuar em sedes de freguesias ou na capital da Província poderia representar a melhoria nas condições de vida e de sua escola.

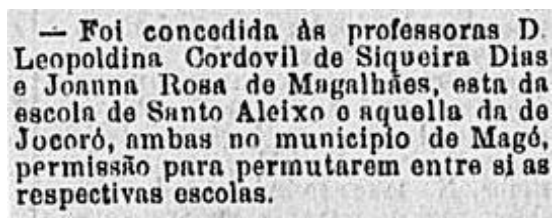
Figura 14: Remoção a pedido da professora Luiza Azevedo



Foi removida, a pedido, a professora D. Luiza Alves de Azevedo, da escola de Santo Antonio de Paquequer, em Magé, para a escola mixta de S. Francisco do Croará, no municipio da Estrella.

Fonte: Gazeta de notícias 08/02/1888, p. 2

Figura 15: Permuta entre as professoras de Santo Aleixo e Jororó



— Foi concedida ás professoras D. Leopoldina Cordovil de Siqueira Dias e Joanna Rosa de Magalhães, esta da escola de Santo Aleixo e aquella da de Jororó, ambas no municipio de Magé, permissão para permutarem entre si as respectivas escolas.

Fonte: Diário do Commercio 10/10/1889, p. 2

Ademais, a substituição dos docentes era uma alternativa para “minimizar os conflitos entre professores e comunidade local” (LIMA, 2014, p. 70). Como exemplo, temos o caso da Romana Augusta Barradas Muniz professora da freguesia de Santo Antonio do Paquequer (Teresópolis). O jornal Gazeta de notícias publicou a seguinte nota na coluna *Regulos Mirins*:

Chega ao nosso conhecimento, por informações ministradas por cartas, a noticia de uns actos que attestam a prepotencia de auctoridades da roça, iguaes àquella que em certa comedia revogava a Constituição, no tempo em que havia isso.

É este o facto, tal como foi narrado: Ha dias, um subdelegado supplente da freguezia de Theresopolis, em Magé. dirigiu-se à casa onde funciona a escola publica do sexo feminino, e, acompanhado de soldados e pessoas do povo, intimou a professora, D. Romana Augusta Barradas Muniz, a entregar-lhe um menino orphão, que essa professora tem em sua companhia ha muito tempo.

Negou-se D. Romana Muniz a obedecer à intimação, dizendo que não reconhecia nas auctoridades policiaes poder para darem tutores aos menores. Insistiu o subdelegado supplente e tentou invadir a casa, o que não levou a effeito, por haver recuado ante a energia da professora, que peremptoriamente declarou que só entregaria o menor por ordem do juiz de orphãos.

Retirou-se o subdelegado supplente, comparecendo depois o subdelegado proprietario da vara, que intimidou D. Romana Muniz a entregar-lhe a criança, dizendo que havia assumido a jurisdicção unicamente para desaffrontar o seu collega, e que se não chegasse a força que comsigo levava, mandaria buscar maior numero de praças policiaes, estando resolvido a levar o menor, por bem ou por mal.

Tendo noticia do que se dava, dirigiu-se o juiz de direito, Dr. João Galvão da Costa França, à casa de D. Romana Muniz e inquiriu o menor em questão, examinou-lhe o corpo, e, vendo que esta criança era bem tratada e que estava aprendendo a lêr na escola, deixou-a depositada na mesma casa e nomeou tutor, o Sr. Manuel Teixeira de Souza, cidadão conceituado no lugar.

Pouco depois de retirar-se o juiz de direito, um professor da localidade apresentou-se a D. Romana e **intimou-a a que pedisse immediatamente a sua remoção, para não sahir por violência**. Apesar de perseguida por esta fôrma, D. Romana não recuou ante a caricata tyrannia dos regulos-mirins, e continuou a reger a escola, como se nada houvesse acontecido.

A ameaça, porém, succedeu de facto a violencia. Na noite de 19 para 20 do corrente, por alta noite, foi a citada professora despertada em sobresalto por gritos de - Mata! Mata!- acompanhados de phrases insultuosas.

Não se limitou a isso a violencia. Os assaltantes apedrejaram a casa, quebraram os vidros das janellas, e não pouparam o pudor da pobre senhora, pois que em altas vozes cuspiram contra ella os mais nojentos palavrões. Retiraram-se os assaltantes pela madrugada.

Diz-nos o nosso informante que a população d'aquella localidade está indignada, e que a professora D. Romana Muniz é alli estimada pelo seu comportamento exemplar, como prova com um abaixo assignado dos cidadãos mais respeitaveis do lugar. Para o facto chamamos a attenção dos Srs. governador e chefe de polícia do Estado do Rio de Janeiro. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 27 mar. 1890, p. 1, grifos nossos)

O fato de a professora manter sob sua responsabilidade um menino órfão despertou a fúria de algumas pessoas na região. Seria o professor da localidade um dos responsáveis por organizar o ataque a professora? Não podemos afirmar isso, mas o fato dele propor que ela pedisse remoção indica que provavelmente o professor não concordasse com a atitude de Romana. Três meses depois do noticiado ataque, o jornal Gazeta de Notícias³⁶ publicou que foi concedido à professora três meses de licença. Em setembro de 1890, a professora entrou com um pedido de permuta que foi deferido³⁷ por meio do qual permutou com a professora de Niterói, Luiza Thienpont de Azevedo.³⁸

Os desafios para implantação e consolidação foram muitos como demonstramos neste capítulo. No entanto, nesse processo de ensino e aprendizagem não podemos esquecer-nos da participação dos “sujeitos da ação educativa” que atuaram diretamente com os meninos e meninas. No caso do magistério feminino as perguntas: “Quem foram essas mulheres? Quais os seus pertencimentos sociais? Quais as influências culturais e religiosas? Como foi seu processo de formação e ingresso no magistério?” foram importantes para o desenvolvimento e entendimento deste trabalho e serão abordadas no próximo capítulo.

³⁶ Fonte: Gazeta de notícias, 29 jun. 1890, p.1

³⁷ Fonte: Jornal do Commercio (RJ), 11 set. 1890, p.1, edição 00254(1)

³⁸ Fonte: Jornal do Commercio (RJ), 12 set. 1890, p. 1, edição 00255(1)

3 AS PROFESSORAS PÚBLICAS PRIMÁRIAS EM MAGÉ: AS EXPERIÊNCIAS EM TORNO DA INSTRUÇÃO DE MENINAS E ESCRITA DE POESIAS³⁹

Ao compilarmos os dados dos relatórios do presidente da Província e do Almanak Laemmert, encontramos a presença de 102 professores que atuaram diretamente com os meninos e meninas em Magé ao longo do período estudado. Deste quantitativo, 72 eram homens - sendo 60 professores públicos (dentre eles cinco provisórios e um substituto), treze⁴⁰ professores particulares (entre eles um subvencionado) - e 29 mulheres⁴¹ - sendo 25 professoras públicas (três provisórias, uma substituta), cinco particulares (uma era subvencionada). O quadro abaixo apresenta o nome das professoras públicas que atuaram em Magé entre 1840 e 1889.

Quadro 4: Professoras públicas em Magé

N.	Freguesia	Nome da professora ⁴²	Anos de atuação registrados nas fontes
1	N. Sra. Piedade ⁴³	Luiza Augusta de Menezes	1842 - 1868
		Eurydice Eufrosina Penalta	1869 - 1870
		Candida Francisca da Costa e Silva Candida Francisca da Costa Lopes	1871 - 1883
		Anastacia Maria Desoudim *	1881 - 1883
		Jacintha Theresa Soares Medella **	1884
		Virginia Maria da Silva Weingartner **	1885 - 1889
		Isabel Francisca da Costa Medenilha	1873 - 1882

³⁹O capítulo é uma versão do trabalho intitulado “Poetisas na sala de aula: A trajetória de duas professoras em Magé na Província do Rio de Janeiro” enviado para o XIV Congresso Iberoamericano de História da Educação (CIHELA) em 2020, em Lisboa, Portugal. Porém o Congresso foi adiado por conta da pandemia do Coronavírus (COVID -19) para 2021.

⁴⁰ Sendo um Colégio de instrução primária e secundária.

⁴¹A professora Alexandrina Ferreira Fraga atuou na instrução pública e na particular. Por conta disso, a soma de docentes foi de 29 mulheres atuando na instrução feminina mageense.

⁴²As professoras marcadas com um * apareceram apenas no Almanak Laemmert, enquanto as marcadas por dois ** foram mencionadas somente nos Relatórios dos Presidentes da Província.

⁴³ A freguesia de Piedade contava com escolas femininas em quatro localidades: Sede, Porto da Piedade, Santo Aleixo, Sodré e Jororó. Com o objetivo de acompanhar o tempo de acompanhamento de atuação de cada docente, organizamos as professoras por localidade. Então na sede da freguesia atuaram: Luiza Augusta de Menezes, Eurydice Eufrosina Penalta, Candida Francisca da Costa Lopes, Anastacia Desoudim, Jacintha Theresa Soares Medella e Virginia Maria da Silva Weingartner. As que atuaram em Porto da Piedade: Isabel Francisca da Costa Medenilha, Amélia Honorata da Matta, Joanna Rosa Magalhães. E em Santo Aleixo: Claudina Custodia Ribeiro Baptista e Eliza Neomisia da Silveira. Em Sodré: Minervina Laura Moreira Guimarães e Maria Isabel Védova. E por último, em Jororó, Leopoldina Cordovil Siqueira.

		Amelia Honorata da Matta	1884 - 1885
		Joanna Rosa de Magalhães **	1886 - 1889
		Claudina Custodia Ribeiro Baptista	1874 - 1875
		Eliza Neomisia da Silveira	1876 - 1889
		Minervina Laura Moreira Guimarães	1884-1886
		Maria Isabel Védova **	1887-1889
		Leopoldina Cordovil de Siqueira **	1886 - 1889
2	São Nicolau do Suruí	Rita Maria da Conceição Teixeira **	1856
		Veridiana Maria da Silva *	1859
		Alexandrina Ferreira Fraga	1859-1860
		Minervina Laura Moreira Guimarães	1861 - 1882/ 1887-1889
		Felicia Hansen Felicia Hansen Trindade	1884 - 1886
3	Santo Antônio do Paquequer	Raquel Maria de Freitas	1871 -1872
		Clara Eugenia Bastide da Costa	1874 - 1876
		Rosa Branca Bandeira de Souza *	1883
		Luiza Alves de Azevedo	1884 - 1887
		Romana Augusta Barradas Muniz **	1889
4	Santo Antonio da Sapucaia	Bárbara Maria Julia de Moura Ruas	1872 - 1876
5	Nossa Senhora d'Ajuda de Guapimirim	Luiza Alves de Azevedo	1874 - 1876
		Clara Eugenia Bastide da Costa	1884 - 1889
6	Nossa Senhora da Conceição Aparecida	Maria Emilia Leal Collares **	1874

Fonte: Dados compilados dos Relatórios dos presidentes da Província e Almanak Laemmert

3.1 Formação e ingresso no magistério

Os professores e professoras citados anteriormente contribuíram para o aumento da escolarização de meninos e meninas em Magé. Saber ler e escrever eram requisitos básicos para tornar-se mestre. No entanto não encontramos por quais processos de escolarização a maioria dos docentes passaram e como conseguiram dominar a leitura e a escrita. Munhoz (2018) sinaliza que

A geração das mestras de primeiras letras que ocuparam as cadeiras públicas inicialmente criadas indicia que práticas de transmissão da cultura escrita permearam o cotidiano das mulheres oitocentistas mesmo antes da efetivação da instrução pública feminina no país. (MUNHOZ, 2018, p. 171).

É possível que alguns deles tenham passado pelo processo de educação doméstica, enquanto outros, por apresentarem grau de parentesco com algum professor, foram alfabetizados dessa forma. Contudo, localizamos⁴⁴ que a professora particular Virginia Maria Leal de Abreu foi premiada pelo bom resultado de exame no Collegio Brasileiro onde estudava.

No processo de ampliação da malha escolar provincial, um fator destacou-se nas discussões: a formação do professor. Para diminuir a carência de pessoas “habilitadas para o magistério”, foi criada pelo decreto nº 10 de 04 de abril de 1835 a Escola Normal em Niterói. O referido decreto suspendeu o provimento das cadeiras públicas de instrução primária até que houvesse alunos da Escola Normal que pudessem assumi-las. Destacando que os professores que se encontravam em exercício deveriam frequentar a instituição. E caso descumprissem a norma, o professor seria aposentado.

Tendo em vista as observações de Heloisa Villela (2000) acerca da Escola Normal e sua significativa atuação na província como a instituição destinada à formação de professores, gostaríamos de destacar que a província do Rio de Janeiro comumente é referida pela historiografia como um lugar que funcionava como um laboratório onde as medidas tomadas eram estendidas ao restante do país. Ainda de acordo com a autora, a Escola Normal foi organizada pelo grupo político dos Saquaremas que contavam com um projeto conservador a ser colocado em prática na província, mas com a intenção de se expandir pelo restante do Império. A instrução era o principal recurso de difundir os valores de ordem e civilização.

⁴⁴Fonte: Jornal do Commercio, 24 dez. 1856, p. 2

Percebe-se que “a finalidade dos dirigentes era muito mais ordenar, controlar e disciplinar do que propriamente instruir” (VILLELA, 2000, p. 107). Por conta disso, o currículo da Escola Normal era semelhante ao adotado nas escolas primárias. A diferença era a aprendizagem do método lancasteriano⁴⁵ que os professores deveriam dominar tanto na teoria quanto na prática. Os professores formados pela instituição estavam diretamente ligados à ampliação escolar provincial. Pois as escolas criadas ou vagas deveriam ser providas por um docente que havia estudado na Escola Normal. Em 1836, Rodrigues Torres dizia

[...] este estabelecimento virá em poucos annos a formar crescido numero de cidadãos habilitados convenientemente para dar à instrucção primaria o impulso, e consideração que deve ella merecer de hum povo civilisado. (Relatório do presidente Rodrigues Torres, 1836, p.3)

Entretanto, o número de formados era insuficiente frente à demanda da província. E, além disso, alguns recusavam assumir o magistério público após a formação. Por conta disso, o governo tornou obrigatório que o aluno pensionista assumisse o exercício de uma escola criada/vaga. E aqueles que resistissem à ordem deveriam devolver a quantia recebida de vinte mil réis aos cofres públicos.

Nos relatórios do governo continha dados relativos a quantidade de matriculados, o quantitativo de alunos habilitados e examinados além do quantitativo de professores que estavam atuando nas diversas freguesias fluminenses. Essas informações estavam vinculadas a discursos de lamentação, pois a quantidade de alunos atendida pela Escola Normal não acompanhava o ritmo de criação das escolas primárias provinciais.

Enquanto alguns presidentes acreditavam no potencial da Escola Normal como local adequado a formação de professores, outros afirmavam que era uma instituição ineficiente e custosa para a província. Nesse sentido, o regulamento de 1849 instituído por Couto Ferraz estabeleceu o sistema de “formação pela prática”⁴⁶ onde o aluno aprendiz, nomeado de professor adjunto, aprendia o ofício com um professor mais experiente. Diante disso,

Art. 80. Os meninos pobres, que houverem sido dados por prompts nas escolas e que se hajam distinguido, querendo dedicar-se ao magisterio, podem requerer ao presidente da provincia, com autorização de seus paes ou de quem suas vezes fizer, para os collocar como adjuntos nas escolas mais freqüentadas.

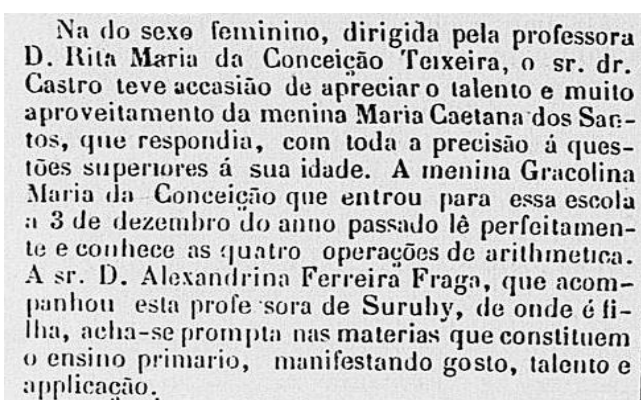
⁴⁵Também conhecido como Ensino Mútuo foi o método oficial de ensino das primeiras letras e funcionava da seguinte maneira: o professor chamava alunos (chamados de monitor) com mais conhecimento para ajudá-lo a ensinar os outros estudantes. O professor dividia os alunos em classe de acordo com os conhecimentos e destinava um monitor para acompanhá-los. O mestre instruía o monitor antes das aulas e vistoriava durante as aulas.

⁴⁶Sistema de ensino misto entre o austríaco e o holandês (VILLELA, 2000).

Art. 82. Logo que tenham completado a idade legal, podem ser aproveitados, segundo seu procedimento e aptidão, para professores, com preferencia a qualquer outro pretendente. (REGULAMENTO de 1849)

Segundo França (2015), além de auxiliar o ensino em uma escola, o professor adjunto, se necessário, poderia substituir o professor caso este estivesse impedido; se faltasse um professor habilitado, poderia ser empregado na cadeira que vagasse. Neste caso, seus vencimentos eram do mesmo valor do professor, senão receberia somente a gratificação mensal. A autora frisa que “os professores ao solicitar auxiliares para sua escola, tornavam-se então instrutores” (2015, p.7). O jornal “A Pátria” relatou a visita do inspetor paroquial da freguesia São João Batista em Niterói às escolas de Santa Rosa. E a figura abaixo representa o relato da escola feminina.

Figura 16: Relato da visita do inspetor a escola feminina de Santa Rosa, Niterói



Na do sexo feminino, dirigida pela professora D. Rita Maria da Conceição Teixeira, o sr. dr. Castro teve occasião de apreciar o talento e muito aproveitamento da menina Maria Caetana dos Santos, que respondia, com toda a precisão á questões superiores á sua idade. A menina Gracolina Maria da Conceição que entrou para essa escola a 3 de dezembro do anno passado lê perfeitamente e conhece as quatro operações de arithmetica. A sr. D. Alexandrina Ferreira Fraga, que acompanhou esta professora de Surubý, de onde é filha, acha-se prompta nas materias que constituem o ensino primario, manifestando gosto, talento e applicação.

Fonte: A Pátria: Folha da Provincia do Rio de Janeiro (RJ), 10 jun. 1857, p. 2

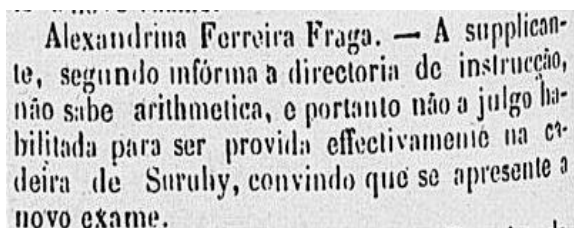
Apesar do fato não ter acontecido dentro dos limites mageenses, nos chama a atenção por alguns motivos. Tanto Rita Maria quanto Alexandrina atuaram como professoras na freguesia de Suruí em Magé. O que se destaca no registro do inspetor é a informação de que Alexandrina foi aprendiz de Rita. É possível que ambas tenham se conhecido em Magé, iniciado o período de aprendizagem do ofício e quando Rita foi removida para Niterói, Alexandrina a acompanhou. França (2015) destaca que

[...] Ter as habilitações nas matérias do ensino estava entre os requisitos necessários aos futuros professores, saber ensinar e o que ensinar levou os candidatos a um preparo mínimo para se inscreverem nos concursos ou solicitar exames. A deliberação dessas instruções, por parte do inspetor nos permite apontar que acreditava-se que os candidatos a passarem pelos exames se preparassem para tal consistindo assim em um tipo de formação [...] (FRANÇA, 2015, p. 7 e 8).

No caso de Alexandrina, encontramos o registro de que em 1858 a professora pede

para ser nomeada para reger efetiva e regularmente a escola de Suruí⁴⁷. Dois anos depois, nos deparamos com a seguinte nota:

Figura 17: Pedido de novo exame para professora



Alexandrina Ferreira Fraga. — A suplicante, segundo infôrma a directoria de instrucção, não sabe arithmetica, e portanto não a julgo habilitada para ser provida effectivamente na cadeira de Suruiy, convindo que se apresente a novo exame.

Fonte: A Pátria: Folha da Província Fluminense, 01 fev. 1860, p. 2

O caso de Alexandrina evidencia a deficiência em matemática marcada na divisão das matérias entre meninas e meninos e que possivelmente também era um problema vivenciado por outras professoras. Então, como poderiam ensinar se não tinham domínio do conhecimento? Não sabemos se Alexandrina conseguiu realizar outro exame, no entanto ela conseguiu a dispensa para continuar regendo interinamente a escola de Suruí⁴⁸.

A formação pela prática foi uma das alternativas usadas pelas mulheres para ingressarem no magistério. A outra alternativa era ingressar na Escola Normal. No início de seu funcionamento de 1835 até sua extinção em 1851, a Escola Normal era local voltado para os homens. Pois o acesso da mulher a essa instituição ocorreu posteriormente. (VILLELA, 2000). Pela lei de 04 de fevereiro de 1859, a Escola Normal foi outra vez criada⁴⁹. Nesse contexto de recriação da escola, as autoridades relataram o problema de professores que não eram formados pela instituição, considerando-os sem habilidades para assumir o ensino nas escolas públicas.

A causa d'este mal, disse – o muito bem o meu illustrado antecessor no seu relatório de 8 de setembro do ano passado “é a inhabilidade dos professores,”... “o defeito radical de todas as nossas reformas consiste em aproveitar-se o pessoal, que existe sem seleção do bom e do máo”. O corretivo mais effcaz, lê-se também no mesmo relatório, está “na boa constituição do magistério”... “sem formar-se um núcleo, onde se habilitem os candidatos ao magistério, onde se estude pedagogia, e se aprenda a difficil arte de ensinar meninos; não teremos bons mestres, e sem elles serão inúteis todas as tentativas em favor do ensino”. (Relatório apresentado ao excellentissimo vice presidente da Província do Rio de Janeiro, o senhor José Norberto dos Santos pelo presidente o desembargador Luiz Alves Leite Oliveira Bello ao passar-lhe a administração da mesma província, 1862, p. 111)

⁴⁷Fonte: A Pátria: Folha da Província do Rio de Janeiro (RJ) 07 mar. 1858, p. 1

⁴⁸ Fonte: Echo Nação (RJ) 07 e 08 mai. 1860, p. 3

⁴⁹ Fonte: Relatório apresentado ao excellentissimo vice - presidente da Província do Rio de Janeiro, o senhor José Norberto dos Santos pelo presidente o desembargador Luiz Alves Leite Oliveira Bello ao passar-lhe a administração da mesma província, 1862, p. 111

No que tange a presença feminina nas escolas normais, segundo Villela (2000) a presença delas só foi prevista nas décadas de 60 e 70 com a criação ou recriação das escolas. Todavia, na hora de colocar em prática a ideia, os governos se atrapalhavam. Na Província do Rio de Janeiro, encontramos a menção de mulheres frequentando a Escola Normal.

Figura 18: Presença feminina nos exames para escola Normal

Apresentarão-se para seguir o curso da escola normal, como alumnos-mestres, 15 homens e 10 senhoras, que forão examinados a 10, a 22 de Julho, e a 1 de Agosto: todos os candidatos mostrarão em seus exames, a que presidio o director do estabelecimento, sufficientes habilitações para cursarem com proveito as aulas da escola. A 22 de Julho subio ao governo provincial a proposta dos 12 pensionistas, 6 homens e 6 senhoras: foi organisada esta proposta pela directoria da instrucção sobre a appreciação do merecimento relativo dos candidatos, feita pelo director da escola normal durante os exames.

Fonte: Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da decima-quinta legislatura no dia 8 de setembro de 1862 pelo vice-presidente da mesma provincia, José Norberto dos Santos, p. 120

No fragmento anterior podemos perceber que a formação pela prática ainda era recorrente. Pois percebemos a presença de professores adjuntos (ou alunos mestres) realizando os exames para ingressar na Escola Normal para complementar sua formação. O quantitativo de mulheres e homens frequentando-a era parecido. Como a sociedade da época opunha-se a ideia da coeducação, a província fluminense teve de procurar soluções para que os indivíduos de ambos os sexos pudessem estudar separadamente. Segundo Villela (2000) várias tentativas foram realizadas, mas não obtiveram êxito como por exemplo: colocar para estudar em dias alternados, depois em horários alternados e posteriormente em prédios separados. Ao longo dos anos, os relatórios apresentam o balanço da Escola Normal, contabilizando os matriculados, habilitados, empregados no magistério público e particular e a frequência dos alunos e alunas.

Os relatórios elaborados pelo Diretor da Escola Normal ao longo dos anos registraram a seguinte frequência dos alunos e alunas na Escola Normal. Ressaltamos que a instituição era frequentada por alunos matriculados e por ouvintes. Em 1866, havia 36 alunos e 35 alunas assíduos na escola. No ano seguinte foi relatado que:

Têm sido matriculados no primeiro anno do curso da escola normal, desde sua

abertura até o ano de 1867 inclusive, **39 alunos e 48 alunas**; destes concluirão seus estudos no ano de 1867 e serão aprovados plenamente 37, dos quaes **13 do sexo masculino e 24 do feminino** entre elles contão-se 14 pensionistas, 8 do sexo feminino e 6 do sexo masculino: tiverão entrada no magisterio publico 18, 10 do sexo masculino e 8 do feminino. (Relatorio apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da decima-oitava legislatura no dia 15 de outubro de 1868 pelo presidente da mesma provincia, o conselheiro Benvenuto Augusto de Magalhães Taques, p. A-12, grifos nossos)

Os relatórios registram que o número de mulheres matriculadas na Escola Normal foi ampliando ao longo dos anos foi aumentando. Inclusive ultrapassando o número de homens que frequentavam. Para Uekane,

[...] o aumento gradual de mulheres no quadro docente, a procura feminina pela Escola Normal, dentre outros fatores modificou as representações acerca desta ocupação. Estes números apontam para um processo que vinha se firmando no final deste século em diversas províncias do Império, o da feminização do magistério primário. (UEKANE, 2007, p. 4)

Para analisar a política de provimento das escolas de instrução pública primária pelos alunos egressos da Escola Normal da Província do Rio de Janeiro, bem como quem eram os sujeitos que estudaram na Escola Normal e difundiram seus ideais e aprendizados, Borges, Santos e Pereira (2019) realizaram esse estudo tendo como base os municípios de Estrela e Magé. No que tange o município de Magé, o estudo aponta: “do conjunto de docentes que atuaram em Magé, até o presente momento, identificamos que 20 deles frequentaram a Escola Normal⁵⁰. Sendo 12 professores e oito professoras” (BORGES, SANTOS, PEREIRA, 2019, p. 942).

Do total de professores que atuaram em Magé, cerca de 20% deles estudaram na Escola Normal. Ou seja, 80% dos professores podem ter obtido sua formação pela prática sendo professores adjuntos ou frequentaram a Escola Normal e não tiveram seus nomes registrados nos relatórios do presidente da província.

A respeito do ingresso no ofício docente, independente se foram formados pela prática ou pela Escola Normal, poderiam exercer o magistério os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos e de reconhecida morigeração. A lei de 1827 previa que o ingresso à docência nas escolas públicas se efetuaria por meio de exames classificatórios, os concursos.

⁵⁰Frequentaram a Escola Normal: José de Castro e Silva, Manoel José do Valle, Albino Alves de Azevedo, José Raymundo de Vasconcellos, Manoel José da Silva Guanabara, Wenceslão José de Siqueira Junior, Eliziário Marques de Freitas, Francisco Augusto da Costa Almeida Barreto, Ricardo Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, Narciso Pires de Siqueira, Alexandre Joaquim da Costa, Antônio Bartholomeu da França, Claudina Custodia Ribeiro, Jacintha Tereza Soares Medella, Amelia Honorata da Matta, Joanna Rosa de Magalhães, Leopoldina Cordovil Siqueira, Anastácia Maria Desoudin, Virginia Maria da Silva Weingartner e Romana Augusta Barradas Muniz.

O regulamento de 1849 definia que o exame seria realizado na capital, Niterói, sendo examinadores o inspetor geral e mais duas pessoas nomeadas pelo presidente da província. O tempo de avaliação de cada candidato duraria cerca de uma hora e dependendo da classe de professor pela qual o candidato concorreria, o modo avaliativo seria diferenciado. Ao final do teste, os examinadores declaravam se o candidato estaria habilitado ou não para a função do magistério público. Depois de averiguar os conhecimentos dos candidatos, era avaliada sua aptidão para o ensino, questionando como iriam instruir os alunos a conhecerem as letras e virtudes cristãs, bem como os princípios das punições e recompensas.

No caso das mulheres havia um diferencial que o artigo 21º estabelecia: “No exame para professoras, ouvirão os examinadores o juízo de uma professora pública ou de uma senhora designada pelo presidente, acerca dos trabalhos de agulha e bordados”. O número de professoras concorrendo nos concursos de cadeiras vagas pela província foram os seguintes nos anos de 1865 e 1871: em 1865 duas professoras concorreram e no primeiro concurso de 1871, 14 senhoras pleitearam. Os relatórios não indicam quantas cadeiras femininas estavam vagas e nem em quais localidades. Ao analisar, percebemos que o número de mulheres participando dos concursos aumenta na década de 1870 corroborando com a década da criação de novas escolas de meninas pela Província.

Assim, pode-se observar que a questão da feminização do magistério primário estava ligada à presença das meninas nas escolas primárias, devendo este espaço ser organizado para recebê-las, tanto fisicamente quanto no que dizia respeito ao recrutamento e formação das professoras que ocupariam tais instituições. (UEKANE, 2007, p. 4)

De acordo com Villela (2000) os concursos orais e/ou escritos assumiram o papel indicador da habilidade profissional. Dentro dessa perspectiva de ser aprovado nos exames, encontramos na imprensa periódica alguns alunos do professor Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho expressando a gratidão pelos seus ensinamentos para que conseguissem a vaga de professor (a) público (a). Na lista de agraciados, encontramos dois professores que atuaram em Magé: Luiza Alves de Azevedo e Manoel Pereira Soares. Pela nota não conseguimos compreender se o professor realizava esse preparatório gratuitamente ou se utilizava de sua experiência como mestre para preparar os futuros docentes como uma das formas de melhorar sua renda.

Figura 19: Agradecimento ao professor Felisberto Rodrigues

Instrucção publica.
NITHEROHY.
Tributo de gratidão.
 De todos os sentimentos do coração humano o mais sublime, o mais santo, é por certo a gratidão. Felizes são aquelles que podem manifestar essa scintilha divina; felizes, pois, somos nós que podemos, ao menos, recorrer á imprensa, para patentear nossa gratidão ao Illm. Sr. professor Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho, que actualmte rege a escola publica de S. Lourenço, em Nitherohy, não só pelo cuidado e estudado methodo com que nos guiou nas explicações que de S. S. recebemos para o concurso, afim de regermos cadeiras publicas desta provincia, e no qual fomos todos approvados, como tambem as maneiras delicadas e urbanas com que S. S. e sua Exma. familia se dignarão sempre de tratar-nos. Aceite, pois, S. S. estas nossas palavras como prova, ainda que mesquinha, do nosso verdadeiro reconhecimento; são toscas, é verdade, mas não exprimem um sentimento diverso daquelle que possuímos; o torpe crime da adulação não está em nós. Creia, pois, S. S. que, em vez de simplices discipulos, adquirio mais discipulos-amigos; em cada um de nós encontrará S. S. um peito no qual pulsa um coração verdadeiramente devotado áquelle que nós guiou á muito espinhosa, mas tambem muito nobre missão do magisterio.

D. Josephina Pinto dos Reis.
 D. Julieta de Sampaio Vianna.
 D. Maria Rosa de Vasconcellos.
 D. Luiza Alves de Azevedo.
 D. Januarina Mourão.
 Manoel de Azambuja Monteiro.
 Diego Thomaz Moss.
 Oliveno Pereira Monteiro.
 José de Azedias Pereira.
 Octaviano Augusto Castello Branco.
 Manoel Pereira Soares.
 Manoel Joaquim da Silva Fernandes.
 Norico Jarbas Xavier.
 Luiz José da Costa Cardoso.
 Carlos Augusto de Mariz Sarmento.
 Joaquim Antonio de Souza.
 Marcellino Pinto Ribeiro Duarte.
 João Teixeira de Faria Caminada.
 José Moreira Fraga.

Nitherohy, 25 de Abril de 1872.

Fonte: Jornal do commercio (RJ), 26/04/1872, p. 3

Na nota acima, na frase “em vez de simplices discipulos, adquirio mais discipulos-amigos” podemos perceber que a ligação entre Felisberto e seus 19 alunos ultrapassou a relação profissional “professor- alunos”. A convivência deles proporcionou a construção de uma relação de amizade para além do magistério. O exemplo serve para ilustrar os registros localizados nos periódicos, ao longo dos anos pesquisados, das redes de sociabilidade nas quais os professores estavam inseridos.

3.2 Trajetórias docentes e relações familiares, sociais e políticas

Como foi apresentado anteriormente, ao menos 25 professoras públicas estiveram diretamente ligadas ao processo de escolarização feminina em Magé. Por meio de seus nomes e utilizando o recurso de pesquisa da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional⁵¹ conseguimos localizar registros nos periódicos de seus locais de trabalho, formação, condições familiares, religiosidade e rede de sociabilidade. Segundo Pereira (2021), “as docentes que atuaram em Magé no período do Império apresentam semelhanças e diferenças no que tange a formação, exercício do ofício e atuação na sociedade”⁵².

As publicações nos jornais da época referiam-se, na maior parte das ocorrências, a notas de caráter profissional das professoras. Porém foi possível localizar proclamas de casamento, nomes de familiares entre outros assuntos pessoais, como por exemplo, a religiosidade. Localizamos que algumas professoras se dedicaram a organização e participação de atividades da Igreja Católica. Candida Francisca da Costa Lopes e Felícia Hansen Trindade foram eleitas Juízas por devoção para festejar o Senhor do Bonfim em Magé⁵³ para o ano de 1889. Eurydice Euphrosina Penalta foi eleita como irmã festeira da devoção de Nossa Senhora de Sant’Anna do Lava-pés na Paraíba do Sul⁵⁴. Além dessas, Romana Muniz cantou por devoção a ladainha na festa do mês Mariano na capela de Santa Rosa do Viterbo em Niterói⁵⁵ e Luiza Alves de Azevedo, juntamente com suas alunas, participou de missa de ação de graças pelo restabelecimento da saúde do Imperador em Teresópolis⁵⁶.

Ao utilizar recursos de pesquisa do site *Family Search*⁵⁷ conseguimos encontrar vestígios da vida privada. Não conseguimos localizar os registros de batismo, casamento ou óbito de todas as mestras⁵⁸. Isso nos ajudaria a analisar o quantitativo de mulheres nascidas

⁵¹A pesquisa na Hemeroteca foi realizada no período entre junho de 2018 e setembro de 2020.

⁵²Trabalho enviado para o XIV Congresso Iberoamericano de História da Educação (CIHELA) que estava previsto para ocorrer em 2020, em Lisboa, Portugal. Porém o Congresso foi adiado por conta da pandemia do Coronavírus (COVID -19) para 2021.

⁵³ Fonte: Gazeta de Notícias, 21 set. 1888, p. 3

⁵⁴ Fonte: Correio Mercantil, e Instructivo, Político e Universal (RJ), 18 set. 1863, p. 2

⁵⁵ Fonte: Diário de Notícias (RJ), 15 abr. 1886, p. 3

⁵⁶ Fonte: O Paiz (RJ), 03 abr. 1887, p. 2

⁵⁷Site mantido pela Igreja de Jesus Cristo dos Últimos Dias onde são disponibilizados registros de batismo, casamento e óbito. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/pt/>>

⁵⁸Não localizamos registros de professoras negras e/ou pardas em Magé. Mas encontramos três professores que em suas certidões apareceram as nomenclaturas “pardo”, “pardo claro”, “moreno”, são eles: Antônio José Nunes Garcia (pardo), Francisco Hermenegildo da França (pardo claro), Gabriel Ferreira Franco (moreno).

em Magé⁵⁹ que se tornaram professoras do município ou se as docentes eram provenientes de outras cidades e instalaram-se por conta do trabalho. Mas conseguimos observar que uma parcela considerável de docentes casaram e tiveram filhos.

As relações familiares e profissionais entre os professores se destacam. A professora Candida Francisca da Costa Lopes era irmã da também professora Isabel Francisca da Silva Medenilha. Enquanto Claudina Custodia Ribeiro Batista era irmã do professor Antônio José Ribeiro Paraguassú. Luiza Augusta de Menezes era filha do professor de Latim José Augusto César de Menezes assim como Luiza Alves de Azevedo era filha do professor Albino Alves de Azevedo. Já Maria Emilia Leal Collares foi casada com o professor Agostinho dos Santos Collares e Felicia Hansen era casada com o professor e ex-inspetor Francisco Nogueira Trindade. Observamos que comumente ambos os professores atuavam na mesma freguesia em Magé, com a exceção de Claudina e Antônio. Ela atuava em Piedade e ele era professor em Suruí.

No caso dos professores que mantinham relações de parentesco podemos inferir duas situações, por exemplo. Isso pode representar um indício que suas famílias eram residentes em Magé e por isso atuaram no município. Ou pode denotar o contrário. Por estar longe de suas famílias, seu irmão/irmã, pai/ filha, esposo/esposa eram o suporte familiar que precisavam para não renunciar ao magistério em um local desconhecido, por isso professores com relações de parentesco poderiam buscar atuar na mesma ou em localidades próximas. Com base nas fontes pesquisadas, observamos que os professores casados geralmente eram removidos para a mesma freguesia ou para locais próximos.

Claudina Custodia Ribeiro Baptista que atuava em Piedade na área de Santo Aleixo foi removida em 1876 para o município de Iguaçu, na localidade de Queimados. Borges e Dias (2021) ao analisarem o processo de criação e provimento das escolas primárias no município de Iguaçu (1870-1933), acreditam que essa mudança poderia ser justificada porque no ano anterior (1875), foi registrado os proclamas de casamento de Claudina com Moysés Ferreira da Costa Franco⁶⁰, professor público provisório desde 1874 na localidade de Riachão, em Iguaçu. As autoras ressaltam que “Queimados era um local próximo de Riachão, o que poderia justificar o interesse de Claudina pela região” (p.8). Ao que as fontes indicam, Claudina e Moysés não se casaram. Anos depois, em uma nota de falecimento de seu irmão,

⁵⁹Conseguimos localizar a informação de que a professora Felicia Hansen era natural de Magé.

⁶⁰Moysés foi professor público efetivo de Magé na freguesia de Suruí em 1885.

Antônio José Ribeiro Paraguassú⁶¹, aparece que Claudina casou-se com José Baptista da Silva.

Observamos nesse conjunto professoras que eram filhas, irmãs e esposas de também professores. A perspectiva do “magistério como herança” nos ajuda a pensar a inserção das mulheres no magistério. Essa herança é impalpável, pois se refere como a ascendência de uma pessoa irá refletir na sua vida adulta e profissional onde poderá interessar-se pela profissão de seus pais. De certa forma, conservando o *status* social da família.

De algum modo, a disposição das famílias em reproduzir e fortalecer sua condição social, em que pese a algumas especificidades no tempo e no espaço, pode ser percebida na inserção de mulheres e, também, de alguns homens no magistério. O magistério, a despeito de reiterados argumentos que reforçam seus baixos salários, certamente, era função revestida de atrativos, sobretudo para mulheres que, com algum nível de conhecimento – tendo em vista que rudimentos de leitura e escrita eram suficientes para a ocupação desse lugar durante longo período – podiam se inserir em uma função cujo esforço físico não era significativo. Além disso, de modo progressivo, transformava-se em uma possibilidade autorizada para ampliação da participação familiar no universo do trabalho, na medida em que as mulheres, grupo familiar numericamente expressivo, passavam a ocupar cada vez de forma mais recorrente esse espaço. (NASCIMENTO, 2011, p. 118)

Como explicitado na citação anterior, o magistério é uma função que requer nível de conhecimento e intelectual o que o torna mais valorizado que os ofícios que requerem esforços físicos. Desta forma, o ingresso no magistério pode ser interpretado como uma forma de evitar ofícios que exigiam trabalho físico e pouca valorização na sociedade.

Dentre todas as professoras pesquisadas, decidimos dar ênfase a trajetória de duas delas: Luiza Augusta de Menezes e Minervina Laura Moreira Guimarães. As duas destacam-se pelo longo período de atuação no município. A primeira exerceu a função docente de 1840 a 1868 na freguesia de Nossa Senhora da Piedade e a segunda atuou na freguesia de São Nicolau de Suruí nos períodos de 1860-1882 e 1885-1892 e na freguesia de Nossa Senhora da Piedade, na localidade do Sodré entre 1882 e 1885⁶². Desde a data de sua nomeação até o momento da jubilação essas mulheres dedicaram-se ao ensino de meninas em Magé. E além de “mulheres em sala de aula”, ambas se destacaram nos periódicos como poetisas.

⁶¹Fonte: Gazeta de Notícias (RJ), 27 jan. 1892, p. 5

⁶²No Jornal do Comércio de 05/10/1882, encontramos que Minervina foi removida sob conveniência do serviço público e sob proposta da diretoria da instrução de Suruí para a freguesia de S. José do Bom-Jardim em S. João do Príncipe (p. 1). No dia 27/10/1882, o jornal O Fluminense publicou que a professora foi removida a pedido para a escola de Sodré em Magé ficando sem efeito a remoção para S. João do Príncipe (p. 2).

3.2.1 Luiza Augusta de Menezes: “Educadora e poetisa brasileira”

Luiza Augusta de Menezes foi a primeira professora pública do município e nasceu em três de maio de 1824 em Itaboraí. Luiza tinha apenas 16 anos quando tomou posse⁶³ da cadeira de instrução primária da freguesia de Nossa Senhora da Piedade, contradizendo a lei que estabelecia que deveriam assumir o magistério pessoas com idade superior a 21 anos. No entanto, Nascimento (2011, p. 155) destaca que “o que se tem percebido é que era fato corriqueiro professores e professoras atuarem antes disso”.

Apesar da longa atuação como docente localizamos poucos registros sobre o início de sua trajetória no magistério. Nos relatórios dos presidentes da Província, Luiza aparece em 1842 com o ordenado de 600\$000, enquanto nos periódicos as ocorrências iniciam-se na década de 1860 e vão até seu falecimento em 1896. Pela deliberação de 19 de junho de 1850 tornou-se professora vitalícia de segunda classe⁶⁴. Em menos de dez anos, o jornal “A Pátria” de 03 e 04 de fevereiro de 1860 (p. 2) publicou a elevação a 3ª classe. A professora foi descrita como “assídua e zelosa” enquanto “suas discípulas porém não são em grande número, nem muito assíduas”.⁶⁵ Ao longo dos anos, os mapas mostram o resumo da situação da escola da mestra bem como o número de alunas matriculadas e aprovadas.

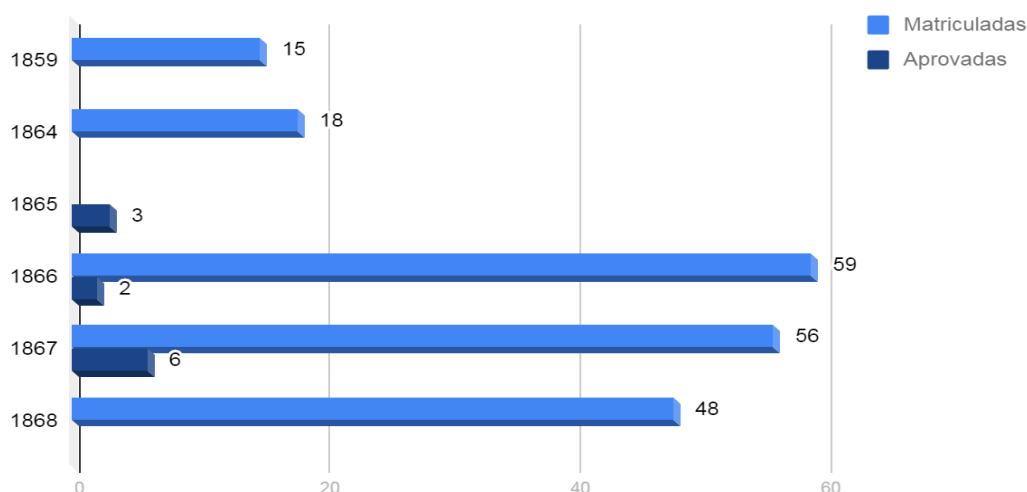
Gráfico 2: Comparativo entre o número de alunas matriculadas e aprovadas

⁶³Luiza foi nomeada professora em 23 de março de 1840 e tomou posse em 16 de junho de 1840. Fonte: Jornal Correio Mercantil de 06 de fevereiro de 1860, p. 2.

⁶⁴Relatório do vice-presidente, o ex.mo Barão do Rio Bonito, na abertura da primeira sessão da decima legislatura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1.o de agosto de 1854, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o anno de 1855; Mapa SN.

⁶⁵Anexos do relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial no Rio de Janeiro na 1.a sessão ordinária da 15.a legislatura pelo presidente, o conselheiro João Crispiano Soares, 1864, p. A-18.

Comparativo de alunas por ano - Prof. Luiza de Menezes



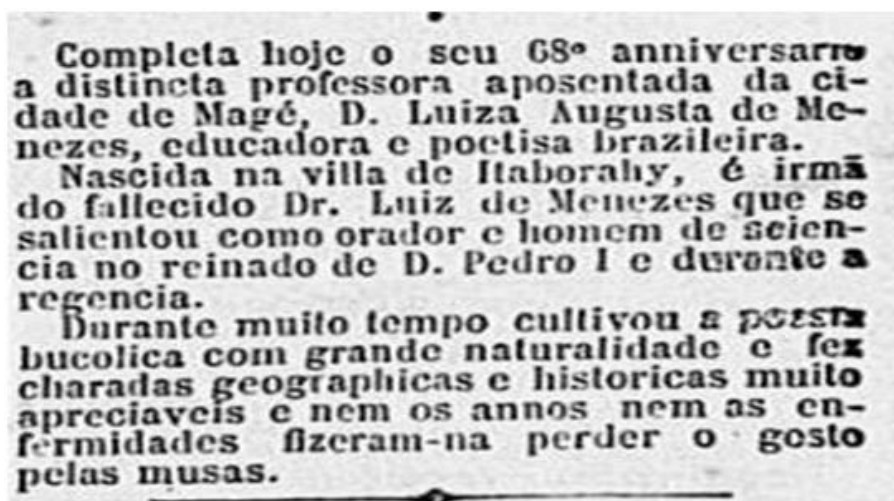
Fonte: Relatórios dos Presidentes da Província

No gráfico acima, podemos analisar os dados que os inspetores apresentaram sobre a escola da referida professora. O número de alunas matriculadas cresceu com o passar dos anos, porém não sabemos o quantitativo exato de frequência das discentes matriculadas. O mais provável é que a assiduidade seja menor por algumas razões que explicamos no capítulo anterior. Em alguns anos podemos observar a presença apenas do número de alunas matriculadas. Podemos inferir, por exemplo, que não houve aluna aprovada ou que não havia alunas inscritas para realizarem os exames. Os relatórios não apresentavam o número de meninas inscritas para os exames para que pudéssemos comparar com o número de aprovadas.

Em seu exercício profissional, Luiza também exerceu a função de examinadora. Em 1864 quando Virginia Maria Leal de Abreu pretendia abrir um colégio particular em Magé, a diretoria da instrução determinou que os dois professores públicos da freguesia de Piedade, Luiza Augusta de Menezes e Sebastião de Macedo Campos Pessoa, examinassem as habilitações de Virginia. Como já mencionado anteriormente, o Regulamento da Instrução de 1849, apresenta um capítulo dedicado para tratar e regular os exames para professor estabelecendo que os examinadores ouviriam o julgamento de uma professora pública ou de uma senhora designada pelo presidente, a respeito dos trabalhos de agulha e bordados. Nesse sentido podemos inferir o motivo pelo qual Luiza foi a professora responsável por avaliar Virgínia nos trabalhos com agulhas que faziam parte do que as mestras deveriam ensinar as suas alunas.

Além de pedidos de pagamento do aluguel atrasado e agradecimentos a professora, encontramos uma nota comemorativa ao seu aniversário, em 1892, publicado pelo jornal O Paiz que afirma que Luiza dedicava-se a poesia.

Figura 20: Nota sobre o aniversário de Luiza



Fonte: Jornal O Paiz, 03/05/1892, p. 2

Ainda que o trecho do jornal acima afirme que Luiza era uma poetisa, até o presente momento não localizamos poesias de sua autoria. Segundo o E - Dicionário⁶⁶ de termos literários, o bucolismo, mencionado na nota do jornal, é um gênero literário que respeita as convenções clássicas provenientes das *Bucólicas* de Virgílio e dos *Idílios* de Teócrito de Siracusa. A poesia bucólica também pode ser conhecida como poesia pastoral ou pastoril que descreve os costumes e belezas da vida do campo, o cotidiano tranquilo e simples. Há uma idealização do modo de viver no campo, criando um imaginário de um lugar de paz e

⁶⁶Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/bucolismo/>. Acesso em 17 fev. 2020

perfeição e longe da corrupção.

Luiza é apontada como uma das subscritoras do livro “Ramalhete Poético do Parnaso Italiano”, volume I, oferecido a D. Pedro II e sua esposa D. Theresa Cristina na ocasião do consórcio pelo doutor Luiz Vicente de Simoni e subscritores. Este livro traz a primeira tradução de Dante Alighieri para a língua portuguesa em 1843. Na apresentação do livro, diz que os subscritores “concorrerão para se dar à luz esta pequena colleção de trechos de alguns dos melhores poemas italianos, homeometricamente vertidos”. A presença da mestra como subscritora, nos indica que provavelmente seus pertencimentos sociais possibilitaram a participação no livro.

Ser filha do Dr. José Augusto César de Menezes e de Polucena Rosa do Espírito Santo pode ter viabilizado e proporcionado essa experiência literária. De Polucena temos o registro de que lhe pertencia a casa na qual Luiza exercia o magistério público⁶⁷. Já seu pai, José Augusto César de Menezes, desempenhou funções importantes para a Província Fluminense e foi definido pelo dicionário Sacramento Blake como:

Natural do Rio de Janeiro, e nascido em Itaborahy, onde viveu muitos annos e teve um collegio, e onde falleceu. **Era cirurgião formado pela antiga escola médico-cirúrgica da côrte, distincto litterato, poeta e conhecedor de várias línguas.** Foi um dos fundadores da sociedade política *Club dos Amigos*, com Cypriano Barata, Theophilo Ottoni, dr. Joaquim José da Silva e outros, a qual muito influuiu para o 7 de abril. Deixou muitas poesias inéditas, sendo algumas em Latim e escreveu:

-Discurso recitado na sessão publica da *Sociedade de medicina do Rio de Janeiro*, em 24 de abril de 1831. Rio de Janeiro, 1831, 21 págs. in^{8º} - Acha-se também no *Seminario de Saude Publica*, tomo 1º, 1831, pags 175 e segs. (BLAKE, 1870, p. 323, v. 4, grifos nossos)

No fragmento anterior podemos perceber que José Augusto era um homem que se dedicava à literatura e a escrever poesia. Esse fato pode ter influenciado Luiza a ter apreço pelo que seu pai escrevia e sentir-se incentivada a seguir caminho semelhante.

José Augusto foi um dos vereadores logo após a criação da Vila de Itaboraí⁶⁸, deputado durante as quatro primeiras legislaturas da Assembleia Legislativa Provincial do Rio

⁶⁷Relatório de 1859, mapa 1.

⁶⁸Fonte: A Luta Democrática: Um jornal de luta feito por homens que lutam pelos que não podem lutar (RJ), 24 de maio 1979, p. 5

de Janeiro (1836 - 1843) ⁶⁹, um dos fundadores da Sociedade de Medicina, nomeado chefe da polícia provincial⁷⁰ e professor público de gramática latina na então Vila de Magé (1842-1844) ⁷¹. Ressaltamos que pai e filha atuaram na mesma freguesia como professores no mesmo período.

A participação de José na esfera política fluminense pode ter favorecido a atuação de Luiza como professora e facilitado o seu acesso a círculos sociais que outras mulheres não tiveram a oportunidade de participar. Além disso, por desempenhar o papel de deputado provincial, sua atuação junto a Assembleia pode ter favorecido a criação da escola de meninas em Magé. E também pode ter facilitado que sua filha fosse nomeada antes de possuir a idade mínima para exercer o magistério. Ao que a imprensa periódica registrou, Luiza permaneceu em Magé mesmo após sua jubilação. Não encontramos registros de casamentos e nem de filhos e faleceu no mesmo município em outubro de 1896.

3.2.2 - Minervina Laura Moreira Guimarães - Entre jornais e escolas

A primeira menção a professora Minervina Laura Moreira Guimarães tanto nos relatórios quanto na imprensa periódica datam de 1860. Tal fato mostra que o início na carreira do magistério marca também o início dos registros de seu nome na imprensa. De acordo com o relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na segunda sessão da 14ª legislatura pelo vice-presidente, o doutor José Ricardo de Sá Rego, seu exame de admissão foi realizado em 13 de agosto de 1860 sendo aprovada com louvor (mapa 17). Sua nomeação como professora efetiva de primeira classe ocorreu em 22 de agosto de 1860. Em 1861, aparece como docente da freguesia de São Nicolau de Suruí. Como não encontramos nenhum registro de remoção para a referida freguesia, podemos deduzir que logo após a sua nomeação foi destinada à escola da localidade citada.

A relação estabelecida entre a mestra e a freguesia de Suruí aparenta ultrapassar o vínculo de trabalho. Minervina permaneceu na mesma localidade de 1860 a 1882. Em cinco de outubro de 1882, o Jornal do Comércio (p. 1) noticiou que Minervina foi removida sob conveniência do serviço público e sob proposta da diretoria da instrução da Freguesia de Suruí para a freguesia de São José do Bom-Jardim em São João do Príncipe. No entanto, após

⁶⁹Fonte: Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro: Relação dos Deputados á Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (RJ), 1836, p. 9

⁷⁰Fonte: Diário do Rio de Janeiro, 09 de abr. 1844, p. 2

⁷¹Em 1840, José Augusto é apontado como professor público. Fonte: O jornal O Despertador: Diário Commercial, Político, Scientifico e Litterario, 1840, p.4

22 dias da publicação desta notícia, o jornal O Fluminense (p. 2) divulgou que a professora foi removida a pedido para a escola de Sodré em Magé, assim a nomeação para São João do Príncipe ficou sem efeito.

A notificação de remoção para outro município aparentemente não foi bem recebida pela professora. Ao invés de acatar as ordens provinciais, a professora pediu para ser removida para outra freguesia no seu município de atuação. A localidade de Sodré estava mais próxima de Suruí e dentro dos limites de Magé. Com o pedido atendido, a docente tornou-se professora da escola de Sodré na freguesia da Piedade entre os anos de 1882 a 1886⁷². Em 1887, Minervina retorna a Suruí permanecendo na localidade até sua jubilação em maio de 1892 com 31 anos de exercício do magistério na mesma cidade.⁷³ Em 29 de abril 1905, o jornal O Fluminense (p. 3) destacou que a professora havia pedido o pagamento de vencimentos pela coletoria de Petrópolis, o que pode indicar que a mesma estava residindo neste município.

Nos relatórios dos presidentes da Província encontramos informações sobre a situação de sua escola ao longo dos anos, bem como o número de alunas matriculadas, frequentes e as que foram consideradas prontas após o exame. Em 1867, em Suruí, havia 20 discentes matriculadas (p. A-68). No terceiro trimestre de 1884, no Sodré, 27 meninas estudavam com a professora (mapa 9). Apesar da oscilação no número de estudantes, em média, a escola da mestra contava com 20 alunas matriculadas tanto em Suruí quanto no Sodré. Em 1872, em uma coluna dedicada a freguesia de Suruí no jornal Correio do Brazil encontramos a seguinte nota:

Figura 21: Situação da escola feminina em Suruí (1872)

⁷²Antes de Minervina ocupar a cadeira de Sodré, quem a ocupava era a professora Anastacia Maria Desoudin. Fonte: O Fluminense, 23 jan. 1881, p. 2.

⁷³Fonte: Jornal do Commercio (RJ), 08/05/1892, p. 4

A instrucção publica toma de anno para anno um incremento, que nada deixa a desear; conta esta povoação tres escolas, duas publicas, sendo uma para o sexo masculino e outra para o sexo feminino e uma escola particular do sexo masculino. A escola do sexo feminino é dirigida pela Exma. Sra. D. Minervina Laura Moreira Guimarães e é frequentada por mais de vinte meninas diariamente, que bem provam o cuidado e deevolo que lhes prod'galisa sua habil e bẽm quista professora.

Fonte: Jornal Correio do Brazil: Propriedade da Companhia- Correio do Brazil, 20/10/1872, p. 2

Todavia, Minervina enfrentou adversidades enquanto professora de Suruí. Em 1864, a freguesia enfrentou uma epidemia de sarampo e uma endemia de febre paludosa. O artigo 74º do Regulamento da instrução pública (1849) estabelecia que estavam proibidos de frequentar as escolas públicas “os que tiverem moléstias contagiosas”⁷⁴. Essa determinação legal unida com a situação da saúde em Suruí quase resultou o completo abandono das escolas feminina e masculina⁷⁵.

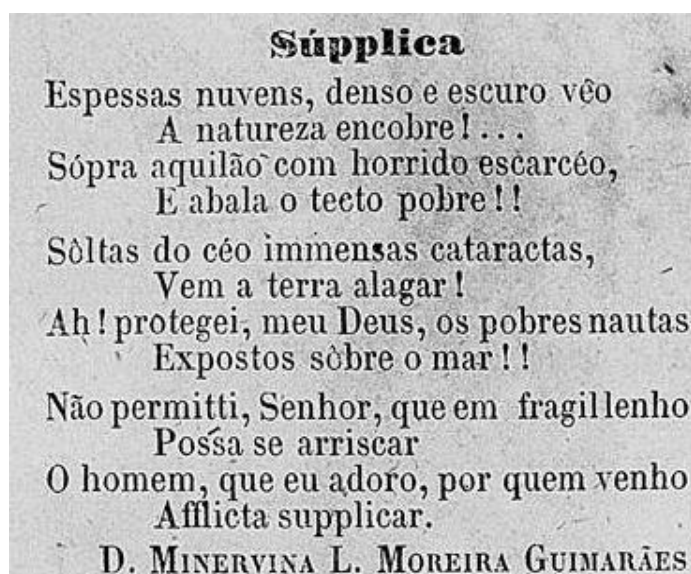
Minervina era casada e mãe de ao menos três filhos. Além do papel de mãe, esposa e professora, ela se dedicava à escrita de poesias. Durante a pesquisa para este trabalho, localizamos a publicação de suas poesias em dois jornais: “Correio Commercial: Órgão do Commercio da Lavoura” e no “A Luz: Publicação Semanal”. No Correio Commercial, jornal que tinha como fim defender os interesses do comércio e seguia a premissa que o mercado e a lavoura tivessem mais obras, menos impostos e mais proteção, Minervina publicou o poema “Soneto” em 1879.

O periódico “A Luz: Publicação Semanal” foi um jornal literário e instrutivo publicado todos os domingos por uma associação de literatos. Neste periódico Minervina teve quatro poemas divulgados: “Súplica”, “Não sou poetiza!”, “Ao meu anjo da guarda” e “Juventude”, publicados neste jornal entre 1872 e 1873.

⁷⁴O referido artigo também proibia a frequência de escravos nas escolas.

⁷⁵Fonte: Anexos do relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial no Rio de Janeiro na 1ª sessão da 15ª legislatura pelo presidente, o conselheiro João Crispiano Soares, 1864, p. A-18.

Figura 22: Poema “Súplica”



Fonte: A Luz: Publicação Semanal, 1872, p. 264

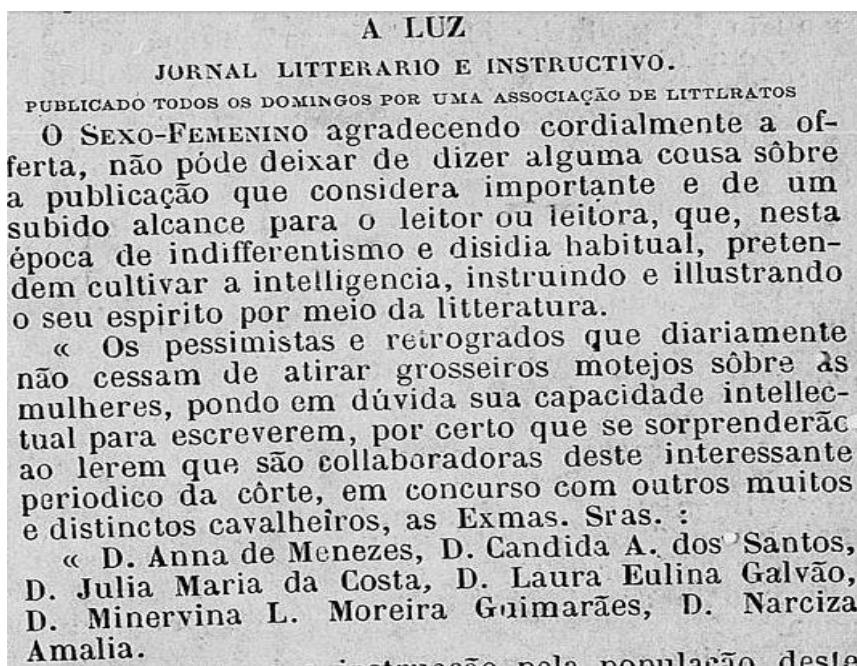
Em 1873, o redator do jornal “A Luz” reproduziu o artigo que foi publicado no jornal “O Sexo Feminino”⁷⁶ sobre o seu periódico. “O Sexo Feminino” foi um jornal publicado entre 1873 e 1889⁷⁷ tendo como redatora Francisca Senhorinha da Motta Diniz⁷⁸. Durante um ano foi editado na cidade de Campanha Princesa em Minas Gerais sendo, consecutivamente, editado na Corte. O jornal tinha como valores a emancipação social das mulheres, pela família e educação. Destacamos parte da nota publicada no “Sexo Feminino” onde aparece o nome de Minervina:

Figura 23: Publicação do “Sexo Feminino” sobre o jornal “A Luz”

⁷⁶Fonte: A Luz, 1873, p. 401. Edição 00002

⁷⁷Esse jornal continuou após 1889, porém houve uma alteração em seu nome. Passou-se a chamar “O quinze de novembro do sexo feminino”.

⁷⁸Segundo Guimarães (2011, p. 46), Francisca Senhorinha da Motta Diniz era professora da Escola Normal de Campanha da Princesa em Minas Gerais.



Fonte: A Luz: Publicação Semanal, 1873, p. 401

Neste fragmento podemos perceber que a inserção das mulheres no mundo da escrita enfrentou resistência masculina que duvidava da capacidade intelectual feminina. Como o exercício da escrita estava ligado a um saber dos homens, Guimarães (2011, p. 86) acredita que “a opção pela escrita pode ser percebida como uma estratégia de resistência, num período em que as mulheres se encontravam aliadas da participação política e excluídas da vida social”. A autora é muito restritiva ao dizer que a presença feminina na vida social era rejeitada. Havia limitações, porém as mulheres participavam de atividades culturais e beneficentes o que justificava o aprendizado das regras de etiqueta.

Participando de múltiplas redes de sociabilidade intelectual, algumas mulheres atuaram como jornalistas, escritoras e professoras, utilizando **as práticas da escrita como veículo de representações e concepções distintas sobre as relações de gênero na sociedade oitocentista**. Através da imprensa e da produção escrita de poesias, romances, textos didáticos, manuais de comportamento e de civilidade, textos e obras destinadas ao uso escolar, algumas mulheres acionaram a pena, visando ampliar sua participação na sociedade e reivindicando direitos como o acesso à instrução e à educação formais (BICALHO, 1989; SILVA, 2006; SCHUELER, 2006) (GONDRA, SCHUELER, 2008 p. 207).

A inserção das mulheres no mundo letrado vai além da escola e da profissão docente. Minervina e Luiza “acionaram a pena” para ampliarem suas participações no mundo letrado, tornando-se mulheres para além da sala de aula. Ambas ensinaram e iniciaram meninas na cultura da leitura e escrita. Como autoras de textos, Perrot (1989, p. 15) destaca que as

estratégias textuais utilizadas por essas mulheres estavam profundamente ligadas “à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade” (apud Guimarães, 2011, p. 93). Isso significa que Luiza e Minervina, apesar de ambas serem professoras, poetisas e atuarem em Magé, estavam submetidas a “ambiências” (NASCIMENTO, 2011) diferentes e por isso dispunham de formas diferentes de manifestar-se na escrita.

Magé vivia um momento cultural na música e na literatura com a presença do Gabinete Mageense de Leitura, da Sociedade de Música Recreio Mageense e da Sociedade de Música União Recreio da Piedade. E as professoras, de alguma forma, testemunharam ou vivenciaram esse momento importante para o município. Ao longo de mais de vinte anos de experiência, essas duas docentes desempenharam um papel primordial junto às meninas no ensino da leitura e da escrita. Tanto a atuação docente quanto a escrita literária são processos vistos como meios de emancipação social, intelectual além de representar uma forma de resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pessimistas e retrógrados que diariamente não cessam de atirar grosseiros motejos sobre as mulheres, pondo em dúvida sua capacidade intelectual para escreverem, por certo se surpreenderão... (A Luz: Publicação Semanal, 1873, p. 401)

Se olharmos para as salas de aula da educação básica brasileira atual, perceberemos que a maioria delas são regidas por mulheres, conforme as “Sinopses Estatísticas da Educação Básica” do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que indicam a existência em 2018 de 1.780.000 mulheres no magistério da educação básica, o que corresponde a aproximadamente 80% do total de professores. Quando olhamos para o início do processo de escolarização, percebemos que o cenário no século XIX era totalmente diferente do que encontramos hoje. Então, como foi o processo de escolarização das meninas? Como as mulheres

tornaram-se professoras? Estas foram questões que nortearam esse estudo a partir da análise do caso do município de Magé.

A Província do Rio de Janeiro instituiu uma série de medidas com o objetivo de melhorar e ampliar a instrução a fim de garantir o progresso e a civilização. A Lei Geral de 1827 foi a precursora de um conjunto de leis, decretos e regulamentos visando a melhoria da instrução para aquele período. Estabelecido o critério de criação de escolas femininas nas vilas e cidades mais populosas da província em que as autoridades julgassem necessárias, Magé recebeu sua primeira escola de meninas em 1839.

A inserção de mulheres na docência iniciou-se timidamente, mas ao passar dos anos a inclusão destas no magistério foi possibilitada e incentivada por decisões provinciais, discursos religiosos e também pela própria atuação mulheres. O magistério tornou-se função atrativa para as moças ao mesmo tempo em que a necessidade de aumentar a instrução das crianças fluminenses era discutida. Ao longo dos anos, mais escolas foram criadas para atender a esse quantitativo populacional e com isso, a demanda por professoras públicas aumentou consideravelmente. O processo de escolarização feminino foi marcado pelo ideal de que a instrução não poderia divergir do papel social da mulher: ser esposa e mãe.

Formadas pela Escola Normal ou pela prática, mulheres tornaram-se professoras e atuaram no município enfrentando péssimas condições locais, atraso nos orçamentos, remoções, inspeções e estabelecendo relações de sociabilidade com outros professores. Apesar de todas essas questões, duas mestras se destacaram como escritoras. Ainda que alguns estudos propaguem que as mulheres estavam reclusas da vida social e enclausuradas em suas casas, o magistério possibilitou a atuação das mesmas em espaços públicos, bem como a circulação entre os municípios fluminense. Algumas docentes de Magé, por exemplo, ainda com algumas limitações sociais, não deixaram de impor suas vontades e de exprimir suas necessidades frente às decisões provinciais que lhes atingiam diretamente.

A educação e o magistério feminino estão interligados e é impossível pensar em um sem remeter ao outro. Apesar das dificuldades e lacunas deste estudo, ele permite que por meio da investigação das trajetórias de professoras possamos revisitar a temática. E contribuindo com novos dados sobre a educação e o magistério feminino. Além disso, o estudo do processo de escolarização feminino de um município do Recôncavo da Guanabara contribui para analisarmos a integração do local com o global, ou seja, município e província e como as legislações da instrução eram implementadas. Igualmente permite analisar como as dificuldades surgidas na localidade serviam como elemento propulsor para pensamento de

novos decretos e leis. Para além da história das mulheres e professoras, a história escolar perpassa todas as questões levantadas até o momento neste trabalho. Entender como a escola foi se constituindo com os anos, por quais motivos foi decretada a obrigação que crianças de determinada faixa etária frequentassem escolas. Além de perceber que alguns problemas que enfrentamos hoje eram recorrentes no século XIX, como atraso nos pagamentos dos professores, falta de repasse para custeio da escola, precariedade dos prédios, epidemias, entre outros.

Para a história de Magé e para a sociedade mageense interessada pela história da educação e/ou história local, este trabalho pretendeu possibilitar conhecer o município sob outra perspectiva. Traz a tona o nome e experiências docentes de mestras esquecidas pela história que comumente valoriza os grandes homens e os grandes feitos para a região. Essas mulheres, sendo mageenses ou não, contribuíram para que a população feminina local aprendesse a ler e escrever. Assim, contribuíram para a formação da sociedade mageense.

Ademais, apesar de todas as contribuições, esse trabalho apresenta lacunas e perguntas que não puderam ser respondidas, estudadas ou aprofundadas. Seja porque não foi nos possibilitado o acesso aos documentos, seja porque não os localizamos em arquivos públicos. Os mapas de frequência poderiam nos ajudar a responder quem eram as meninas que frequentavam as aulas públicas, seus pertencimentos sociais, investigar se eram naturais de Magé ou não, e principalmente, averiguar se anos mais tarde essas meninas se tornariam professoras. Outro fator que não podemos tratar aqui foi sobre as escolas municipais. Não tivemos dados suficientes para saber como eram organizadas, quantas meninas atendiam e quem eram as professoras. Por se tratar de escolas em que o município tinha o domínio sobre todas as decisões, os relatórios da província pouco abordavam sobre isso. A situação e as particularidades de cada escola e mestra, dados sobre as escolas particulares e quem eram os professores das escolas da fábrica de Santo Aleixo ficaram, até o momento, sem respostas.

Salienta-se que a pesquisa acerca da participação que as mulheres tiveram no magistério, como educadoras de crianças, formadoras de novas professoras, como escritoras e poetisas colaboram para desconstruir determinadas representações sobre o sexo feminino criadas nesses anos. O estudo da presença feminina na docência traz visibilidade para o tema, fornece subsídios para os debates atuais sobre a feminização do magistério e permite analisar como as professoras, diante de *“pessimistas e retrógrados que diariamente não cessam de atirar grosseiros motejos sobre as mulheres”*, puderam contribuir por meio de resistências, experiências, negociações e lutas para que meninas obtivessem o direito de estudar e outras mulheres exercessem o ofício remunerado de professora.

FONTES

ALMANAK Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1844 - 1889.

ANDRADE, Americo de Moura Marcondes. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na segunda sessão da vigésima segunda legislatura no dia 8 de setembro de 1879 pelo presidente. Rio de Janeiro: Typographia Montenegro, 1879, p. A3-26.

ARAÚJO, José Bento de. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da primeira sessão da vigésima sétima legislatura em 8 de agosto de 1888 pelo presidente. Rio de Janeiro: Typographia Montenegro, 1888, p. S6-12

BRAZIL. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872.

COUTINHO, Aureliano. Relatório do Presidente da província do Rio de Janeiro, o senador Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, na abertura da primeira sessão da sétima legislatura da Assembleia Provincial, no dia 1º de abril de 1848, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano financeiro de 1848-1849. Rio de Janeiro: Typographia do Diario, 1848, p. 45.

COUTINHO, Aureliano de Souza e Oliveira. Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no 1º de março de 1846, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano financeiro. Segunda edição. Niterói: Typographia de Amaral & irmão, 1853, p. 74 e 75.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso entre junho/2018 e setembro/2020.

LEÃO, Honório Hermeto Carneiro. Relatório do presidente da Província no dia 1º de março, 1842, p. 5.

LIMA, Francisco Xavier Pinto. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da vigésima primeira legislatura no dia 22 de outubro de 1876 pelo presidente. Rio de Janeiro: Typographia do Apostolo, 1876, p. S1-16 e S1- 17.

MACEDO, Diogo Teixeira de. Relatório apresentado ao Exmo. vice- presidente da província do Rio de Janeiro o sr desembargador Manoel José de Freitas Travasso pelo ex- presidente desembargador no dia 5 de maio de 1870. Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & irmão, 1870, p. 21 e 22.

MATTOS, Eduardo Pindahiba de. Relatório apresentado ao Exmo. sr. presidente da Província do Rio de Janeiro Dr. Espiridião Eloy de Barros Pimentel pelo vice-presidente a 10 de outubro de 1867. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1867, p. A-68

OLIVEIRA BELLO, Luiz Alves Leite de. Relatório apresentado ao excellentissimo vice presidente da Província do Rio de Janeiro, o senhor Doutor José Noberto dos Santos pelo presidente, o desembargador, ao passar-lhe a administração da mesma província no dia 04 de

maio de 1862. Niterói: Typographia do Moderado, 1862, p. 111

PEIXOTO, Bernardo Avelino Galvão. Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da primeira sessão da vigésima quarta legislatura em 8 de agosto de 1882 pelo presidente o Desembargador, 1882, p. 326.

REGO, José Ricardo de Sá. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na segunda sessão da 14ª legislatura pelo vice-presidente, 1860. Niterói: Typographia do Echo da Nação, 1861, p. 12 e mapa 17

SANTOS, José Norberto dos. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da décima-quinta legislatura no dia 8 de setembro pelo vice-presidente da mesma província. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862, p. 53, S1-13 e p. 120

SOARES, João Crispiano. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da décima quinta legislatura no dia 9 de outubro, pelo presidente da mesma província. Rio de Janeiro: Typographia do Correio Mercantil, 1864, p.21 e p. A-18.

SOUSA, Paulino José Soares de. Discurso apresentado pelo presidente no dia 3 de março, 1838, p. 1.

SOUZA, Paulino José Soares de. Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José Soares de Souza, na abertura da 2.ª legislatura da Assembleia Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1839 a 1840. Niterói: Typographia de Amaral & irmão, 2ª edição, 1851, Mapa 7.

SOUZA, Paulino Soares de. Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José Soares de Sousa na abertura da primeira sessão da terceira legislatura da Assembleia provincial, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1840 a 1841. Niterói: Typographia de Amaral & irmão, 2ª edição, 1851, p. 16.

TAQUES, Benvenuto Augusto de Magalhães. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da décima-oitava legislatura no dia 15 de outubro

DE 1868 pelo presidente da mesma província. Rio de Janeiro: Typographia do Correio Mercantil, 1868, p. A-12

TOLENTINO, Antonio Nicoláo. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na 1.a sessão da 11.a legislatura pelo vice-presidente da província. Niterói: Typographia da Patria, 1856, p. 6.

TORRES, Joaquim José Rodrigues. Relatório do presidente, no dia 1º de março, 1836, p. 3.

TRAVASSOS, Manoel José de Freitas. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na segunda sessão da décima nona legislatura no dia 8 de setembro de 1873 pelo presidente. Rio de Janeiro: Typographia do Apostolo, 1873, p. A4-7 e A4-10.

TRAVASSOS, Manoel José de Freitas. Relatório do presidente na sessão de 08 de setembro de 1874. Rio de Janeiro: Typographia do Apostolo, 1874, p. 5 e 6.

VASCONCELLOS, José Leandro de Godoy de. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da primeira sessão da vigésima quarta legislatura em 8 de agosto de 1884 pelo presidente. Rio de Janeiro: Typographia Montenegro, 1884, mapa 9.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ALONSO, José Inaldo. **Notas para a história de Magé**. Ed. do autor- Niterói, 2000.

APOLARO, Raquel, Nascimento, Kuézia. Bibliotecas da Província do Rio de Janeiro no século XIX: Memória e história. **Semioses - Inovação, Desenvolvimento e Sustentabilidade**. Rio de Janeiro, v.12, n.4, 2018, p.77-97. Disponível em: <<https://revistas.unisuam.edu.br/index.php/semioses/article/view/226>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

BEZERRA, Nielson. **A cor da Baixada: escravidão, liberdade e pós-abolição no Recôncavo da Guanabara**. Duque de Caxias: APPH - CLIO, 2012.

BLAKE, Augusto Victorino A. Sacramento. **Dicionário bibliográfico brasileiro**. Vol4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/22>>. Acesso em: 25 mar. 2020

BORGES, Angélica; DIAS, Amália. **Capilarização da escola pública na Baixada Fluminense: reflexões em torno de Iguaçu (1870- 1933)**. In: SILVA, Alexandra; LIMEIRA, Aline; LEONARDI, Paula (orgs.). *Um mar de escolas: diálogos e pesquisas em História da Educação*. Curitiba. Editora Appris (no prelo)

BORGES, Angélica; SANTOS, Beatriz S. ; PEREIRA, Kimberly A. G. . Provimento das escolas públicas pelos egressos da Escola Normal da Província do Rio de Janeiro: uma análise a partir dos relatórios oficiais e dos casos de Magé e Estrela. In: **VII Seminário Vozes da Educação: Resistências Políticas e Poéticas na vida e na Educação**, 2019, São Gonçalo. VII Seminário Vozes da Educação. São Gonçalo: Núcleo Vozes da Educação: História, Memória e Formação de Professores, 2019, p. 933 –947

CHAGAS, Renata Rodrigues. **A expansão da oferta da instrução primária pública no século XIX na província do Rio de Janeiro**. 2011. 47 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

CRHYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. **Ideias em ornamento, Cidades em formação: A Produção da Rede Urbana na Província do Rio de Janeiro**. 507p. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional - Instituto de Pesquisa e planejamento urbano e regional) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (2007). **História da educação e história regional: experiências, dúvidas, perspectivas**. In: MENDONÇA, Ana Waleska C. P.; ALVES, C.; GONDRA, J. ; NACIF, L. ; BONATO, N. (Orgs.). *História da educação: desafios teóricos e empíricos*. (pp. 57-66.) Niterói: Ed. UFF.

FRANÇA, Franciele F.. “Quem ensina também aprende”: A formação pela prática de professores primários na Província do Paraná. In: **37ª Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação**, 2015, Florianópolis.

GINZBURG, C.; PONI, C. **O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico.** In: GINZBURG, C.; CASTELNUOVO; PONI, C. (orgs.). *A micro-história e outros ensaios.* Rio de Janeiro, RJ /Lisboa, Portugal: Bertrand Brasil /Difel, 1991. p.169-178.

GUIMARÃES, Roberta. **Mulheres precursoras na educação:histórias de professoras e professores primários na capital do Império.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2008.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O Império das Províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

LIMA, Dayana Raquel Pereira de. **Sinais do “desconforto” no exercício da docência pública em Recife e Olinda (1860 - 1880).** 2014, 177p. Dissertação de mestrado em educação. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014

LIMA, Juliana Daldegan; SANSON, João Rogério. O surto de industrialização do setor têxtil a partir de 1880:Blumenau e Brasil. **Heera** (UFJF. Online), v. 3, p. 1, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **“Mulheres na sala de aula.” História das mulheres no Brasil.** In: PRIORI, Mary (Org.). São Paulo: Contexto, 1997. p.443-481.

LOURO, Guacira Lopes. **Uma leitura da História da educação na perspectiva do gênero.** Projeto História (PUCSP), São Paulo, v. 11, p. 31-46, 1994.

MITRA DIOCESANA DE PETRÓPOLIS. **Os Horrores de Magé 1894.** Magé: s/ed, 2002.

MUNHOZ, Fabiana. **Invenção do magistério público feminino paulista: Mestra Benedita da Trindade do Lado de Cristo na trama de experiências docentes (1820-1860).** 2018. 307f. Tese de Doutorado em Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do. **Caminhos da Docência: Trajetórias de Mulheres Professoras em Sabará- Minas Gerais (1830-1904).** Tese de Doutorado em Educação. UFMG, 2010

OTTERO, Luiza Coutinho. **Vila de Sapucaia: administração camarária, elites e poderes locais (1875 - 1888)**. Dissertação em História. 2017. 107f. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais.

PAULA, Maria Helena de; ALMEIDA, Mayara Aparecida Ribeiro de . Entre arraiais, vilas, cidades, comarcas e províncias: terminologias das representações do espaço no sudeste goiano no século XIX. (CON) **Textos Linguísticos**, v. 10, p. 153-167, 2016. Disponível em:<<https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/14797>>. Acesso em: 04 mar. 2020

PEREIRA, Kimberly A. G.;BORGES, Angélica.Entre fazendas agrícolas e fazendas de pano: uma análise do processo de escolarização feminina no Município de Magé (1844-1889). In: **X Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2019, Belém. Anais do X Congresso Brasileiro de História da Educação. Belém: SBHE, 2019. v. 1. p. 4276-4287.

PEREIRA, Kimberly A. G.. Poetisas na sala de aula: A trajetória de duas professoras em Magé na Província do Rio de Janeiro. In: **XIV Congresso Iberoamericano de História da Educação**. Portugal, 2021.

PERES, Guilherme. Pioneirismo da indústria têxtil no Brasil: A fábrica de Tecidos Santo Aleixo. **Revista Pilares da História**, Duque de Caxias, Ano 9,nº10, p. 35-46, maio de 2010. Disponível em:<http://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1474>. Acesso em nov. 2018

PIMENTA, Tânia Salgado; BARBOSA, Keith; KODAMA, Kaori. A província do Rio de Janeiro em tempos de epidemia. **Dimensões**, v.34, p. 145- 183, 2015. Disponível em:<<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/26114>>. Acesso em 05 ago. 2019

REVEL, Jacques. “**Microanálise e construção do social.**” **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Ed. Jacques (org.) REVEL. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SANTOS, Beatriz S. “Jovens úteis a si e a pátria”: uma análise acerca das Colônias Orfanológicas do Município de Estrela na Província do Rio de Janeiro. In: **XIV Congresso Iberoamericano de História da Educação**. Portugal, 2021.

SANTOS,Vinícius Teixeira. **O Olho e a Mão da Autoridade**: a inspeção da Instrução na Província do Rio de Janeiro (1850-1889). Rio de Janeiro: Gramma, 2017.

UEKANE, Marina Natsume. “Mulheres em sala de aula?”: um estudo acerca da feminização do magistério primário na Corte (1879-1885). In: **30a Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**, 2007, Caxambu. ANPED: 30 anos de pesquisa e compromisso social. Timbauba: Espaço Livre, 2007.

VIDAL, Diana Gonçalves. **A docência como uma experiência coletiva: questões para debate..** In: Dalben, Ângela; Eiterer, Carmen Lúcia; Diniz, Júlio; Duarte, Adriana.. (Org.). *Convergência e tensões no campo da formação e do trabalho docente: didática, formação de professores e trabalho docente..* Belo Horizonte: Autêntica, 2010, v. , p. 711-731.

VILLELA, Heloisa. **O mestre - escola e a professora.** In: LOPES, Eliane; VEIGA, Cynthia Greive; FARIA FILHO, Luciano M.. *500 anos de Educação no Brasil.* Belo Horizonte: Autêntica, 2000, 2ª edição. 95-134 p.